

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**CARLA ROMEIRO NANES DE AGUIAR**

**O PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - DA PEDRA FUNDAMENTAL  
À INAUGURAÇÃO (1924-1930)**

**RECIFE – PE**

**2023**

**CARLA ROMEIRO NANES DE AGUIAR**

**O PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - DA PEDRA FUNDAMENTAL  
À INAUGURAÇÃO (1924-1930)**

Relatório técnico apresentado como Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos

A283p Aguiar, Carla Romeiro Nanes de.  
O Palácio da Justiça de Pernambuco : da pedra  
fundamental à inauguração (1924-1930). / Carla  
Romeiro Nanes de Aguiar, 2023.  
59 f. : il.

Orientadora: Lídia Rafaela Nascimento dos Santos.  
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica  
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.  
Mestrado Profissional em História, 2023.

1. Pernambuco - História. 2. Patrimônio cultural.  
3. Tribunais - Pernambuco - História. 4. Arquitetura.  
I. Título.

CDU 981.34

Luciana Vidal - CRB4/1338

O Palácio da Justiça de Pernambuco: da pedra fundamental à inauguração  
(1924-1930). © 2023 by Carla Romeiro Nanes de Aguiar is licensed under CC BY-NC-  
ND 4.0

CARLA ROMEIRO NANES DE AGUIAR

O PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - DA PEDRA FUNDAMENTAL À  
INAUGURAÇÃO (1924-1930)

Data da Aprovação: 29/08/2023

BANCA EXAMINADORA



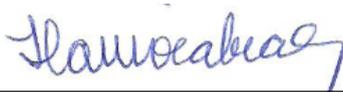
---

Profa. Dra. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos  
Orientadora e Presidente da Banca (UNICAP)



---

Profa. Dra. Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha  
Titular Externa (TJPE)



---

Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral  
Titular Interno (UNICAP)

Recife, 29 de agosto de 2023.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Meu Deus, por me dar forças e persistência em todos os caminhos de minha vida.

Aos meus pais, pelo estímulo e educação proporcionados.

Aos meus filhos, por vivenciar o amor pleno.

À Profa. Dra. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos, orientadora; aos membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha e Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral; ao coordenador do curso de mestrado profissional em História Prof. Dr. Hélder Remígio de Amorim e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História, pela valiosa contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de turma de mestrado, pelo incentivo e união fraterna.

## **RESUMO**

O presente trabalho destina-se à produção de um e-book ilustrado, com abordagem sobre a construção do Palácio da Justiça de Pernambuco, prédio monumental localizado no entorno na Praça da República, com suntuosa arquitetura em estilo eclético, fruto do trabalho conjunto de renomados profissionais, que se reflete na grandiosidade de sua fachada e no trabalho artístico de seus ambientes internos. A obra iniciada em 1924 e concluída em 1930 insere-se no contexto de grandes transformações ocorridas no processo de modernização da cidade do Recife, que deu ensejo a demolições de antigas edificações para a abertura de avenidas e construção de novos prédios, implementação de medidas de saneamento, água e fornecimento de luz elétrica. A metodologia de pesquisa envolve o cotejo das fontes obtidas em repositórios acadêmicos, arquivos públicos, livros, revistas e jornais, relacionadas ao tema estudado, visando à compreensão de aspectos peculiares da época, na qual o município estava engajado no sentimento nacional de europeização como sinônimo de progresso e modernidade, ao mesmo tempo em que carecia de infraestrutura para abarcar a população que migrava do campo para a cidade em busca de trabalho e subsistência. O produto é dirigido ao público em geral, interessado em conhecer o patrimônio cultural material da cidade do Recife.

**Palavras-chave:** História, Judiciário, Patrimônio, Arquitetura.

## **ABSTRACT**

The present work is intended for the production of an illustrated e-book, with an approach on the construction of the Palace of Justice of Pernambuco, a monumental building located in the surroundings of Republic Square, with sumptuous architecture in eclectic style, fruit of the joint work of renowned professionals, which is reflected in the grandeur of its façade and in the artistic work of its internal environments. The work started in 1924 and completed in 1930 is part of the context of major transformations that occurred in the modernization process of the city of Recife, which gave rise to demolitions of old buildings for the opening of avenues and construction of new buildings, implementation of sanitation measures, water and electricity supply. The research methodology involves the comparison of sources obtained in academic repositories, public archives, books, magazines and newspapers, related to the theme studied, aiming at understanding peculiar aspects of the time, in which the municipality was engaged in the national feeling of Europeanization as a synonym of progress and modernity, at the same time that it lacked infrastructure to encompass the population that migrated from the countryside to the city in search of work and subsistence. The product is aimed at the general public, interested in knowing the material cultural heritage of the city of Recife.

**Keywords:** History, Judiciary, Patrimony, Architecture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Superposição do Palácio da Justiça ao Forte Ernesto e ao fosso-----	26
Figura 2 – Planta do projeto de Emile Beringuer-----	27
Figura 3 – Palácio do Campo das Princesas-----	27
Figura 4 – Palácio com os jardins e o coreto-----	27
Figura 5 – Vista Panorâmica da Praça da República-----	28
Figura 6 – Estudo da Fachada com a cúpula octogonal e quatro grupos escultóricos----	30
Figura 7 – Sobreposição da cúpula original modificada para o formato quadrado-----	30
Figura 8 – Cerimônia da pedra fundamental do Palácio da Justiça-----	35
Figura 9 – Descarga das pedras para construção dos alicerces -----	36
Figura 10 – Trabalhos de concretização do piso do segundo pavimento -----	36

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>09</b>
<b>2. Discussão Teórico- Metodológica</b> .....	<b>11</b>
<b>3. Discussão Sobre o Formato</b> -----	<b>20</b>
<b>4. Apresentação do Produto</b> -----	<b>22</b>
<b>4.1. Um Tribunal em Pernambuco</b> -----	<b>23</b>
<b>4.2. O Idealizador: Governador Sérgio Loreto</b> -----	<b>24</b>
<b>4.3. O local escolhido</b> -----	<b>25</b>
<b>4.4. O Projeto</b> -----	<b>28</b>
<b>4.4.1. O arquiteto Giacommo Palumbo</b> -----	<b>30</b>
<b>4.5. As Décadas de 20 e 30 no Recife</b> -----	<b>30</b>
<b>4.5.1. A modernização e o ecletismo arquitetônico</b> -----	<b>31</b>
<b>4.5.2. O outro lado da cidade</b> -----	<b>32</b>
<b>4.6. A Pedra Fundamental</b> -----	<b>33</b>
<b>4.7. A Construção</b> -----	<b>35</b>
<b>4.7.1. O Governador Estácio Coimbra</b> -----	<b>38</b>
<b>4.8. A Fachada e os Pavimentos</b> -----	<b>41</b>
<b>4.8.1. O mestre escultor Bibiano Silva</b> -----	<b>42</b>
<b>4.8.2. A arte de Henrich Moser</b> -----	<b>43</b>
<b>4.9. A Inauguração</b> -----	<b>45</b>
<b>5. Aplicação do Produto</b> -----	<b>47</b>
<b>6. Considerações Finais</b> -----	<b>48</b>
<b>7. Listagem dos Acervos e Fontes</b> -----	<b>48</b>
<b>8. Bibliografia</b> -----	<b>53</b>
<b>9. Apêndice</b> -----	<b>56</b>
<b>9.1. As Sedes Palacianas Estaduais Construídas no Século XX</b> -----	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, produto final de mestrado profissional em história, apresenta a temática da construção do Palácio da Justiça de Pernambuco. A pesquisa encontra-se delimitada ao interregno de 1924 a 1930, perpassando pela cerimônia de assentamento da pedra fundamental até a inauguração do prédio monumental.

Traz abordagens sobre a idealização de uma sede própria para albergar os diversos setores do judiciário estadual, concepção, aprovação e execução do projeto e a suntuosa arquitetura em estilo eclético, seguindo uma tendência da Escola de Belas Artes de Paris, adotada à época para imponentes prédios públicos das grandes cidades do Brasil e do mundo.

O objetivo geral do produto é a análise do Palácio da Justiça como exemplar integrante do acervo cultural material do Estado de Pernambuco, tombado em 1994, pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE<sup>1</sup>, em cotejo aos aspectos sociais e arquitetônicos contemporâneos à edificação, tendo como objetivos específicos apresentar o cenário urbanístico em que o mesmo foi construído, numa época de grandes transformações pelas quais estava passando a cidade do Recife.

As mudanças ocorreram tanto do ponto de vista estrutural e de mobilidade, com a abertura de vias e avenidas, parques, novos prédios, rede de água e esgotamento sanitário, substituição da iluminação a gás pela energia elétrica, entre outros aspectos, como do ponto de vista social e cultural, sobretudo das classes mais abastadas, ávidas pela aquisição de novos produtos tecnológicos recém-lançados no mercado e pela absorção de uma cultura de lazeres e modismos, movida a estrangeirismos como sinônimo de modernidade e prosperidade, não alcançada pela classe operária que habitava os bairros periféricos.

O estudo em tela envolve a integração do Palácio da Justiça com o contexto urbano, social e arquitetônico da cidade, com abordagens sobre o ecletismo como tendência de estilo refletido na variedade de elementos arquitetônicos e ornamentais da edificação, reflexões sobre o passado histórico das imediações do local escolhido e seus monumentos, atores políticos e sociais do evento, as dificuldades e os desafios relacionados a uma obra vultosa, de

---

<sup>1</sup> Processo nº 2203/91, inscrição nº 93, Livro de Tombo II, folha 11 verso, em 23/02/94. (Disponível em: [https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO\\_Mar2021.pdf](https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO_Mar2021.pdf), acesso em 04/06/2023).

cabeça de quadra e valor financeiro considerável, mudanças estruturais no projeto, paralizações, duas gestões governamentais, iniciada no governo de Sérgio Loreto, que pretendia inaugurá-la, somente vindo a ser concluída seis anos depois, já no governo de Estácio Coimbra.

Sob a premissa de que o patrimônio cultural material de uma cidade revela elementos de sua concepção enquanto espaço geográfico repleto de representatividades, o produto em comento se mostra relevante na medida em que traz à discussão elementos cognitivos sobre memórias e monumentos da cidade do Recife, que orientam a compreensão de suas origens e a formação de sua identidade, mediante o resgate de raízes sociais, políticas e econômicas de uma época marcante de modernização dos grandes centros na primeira metade do século XX.

Abordam-se, assim, aspectos peculiares da década de 20 até os anos 30, contextualizando os reflexos dessa realidade temporal com a construção do Palácio da Justiça, a fim de oportunizar a compreensão das razões que levaram à tomada de decisão pela construção do prédio, a partir do local escolhido até o estilo arquitetônico empregado, os materiais e métodos construtivos, a disponibilidade da mão de obra contratada, dentre outros elementos pertinentes à produção dos textos, aliados às imagens elucidativas sobre as questões apresentadas em cada capítulo.

A motivação da escolha do tema de pesquisa foi o interesse pelos aspectos urbanos, políticos, sociais, econômicos e arquitetônicos correlacionados à edificação da sede da Justiça Estadual em Pernambuco, como também, os laços sentimentais e institucionais decorrentes do vínculo funcional como servidora concursada da Justiça do Estado, além da formação acadêmica em Engenharia Civil e Direito.

O produto final a ser depositado é um e-book ilustrado, intitulado “O Palácio da Justiça de Pernambuco – Da Pedra Fundamental à Inauguração”, com recorte temporal entre 1924 a 1930, destinado a contribuir para estudos sobre o patrimônio material do Estado de Pernambuco, em especial, da cidade do Recife, para graduandos no curso de História, Arquitetura e Turismo, para a disciplina de História da Arquitetura no Brasil nas primeiras décadas do século XX, como também para o turismo local e o público em geral, para o acervo histórico do próprio Tribunal de Justiça, do Memorial de Justiça, do Museu do Estado, bibliotecas e demais instituições públicas e privadas interessadas.

## 2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A discussão teórico-metodológica envolve a problematização do tema estudado comparando as fontes pesquisadas, com o propósito de apresentar a história sob várias perspectivas. A versão publicada pela imprensa oficial e a versão contestatória trazida pela oposição, o lado das propostas modernistas e civilizatórias dos governos estaduais, seguindo os anseios nacionalistas da ordem e da integração com o governo federal, ao mesmo tempoem que se mostra o lado inverso, de discursos de resistência, de cunho inconformista quanto à nova ordem ideologicamente elitizada e não isonômica a todos.

Como sistematizado por Michel de Certeau, em seu livro *A Escrita da História*, a operação historiográfica envolve o diálogo entre diversas áreas do conhecimento, como itinerário a ser percorrido pelo historiador para a construção de sua narrativa, sob influência de práticas científicas produzidas em lugares sociais que carregam consigo ideias e valores subjetivos, de forma a selecionar e creditar suas fontes. Parte-se, ainda, da hipótese de não haver uma única verdade, mas uma produção de verdades discursivas que geram sentido e crédito à narrativa (CERTEAU, 1982).

Para a idealização deste produto de mestrado também foram relevantes os conceitos de Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória* (LE GOFF, 1990), por estar-se a falar de um prédio monumento, não só por suas proporções monumentais e pela imponência de uma construção palaciana, por si só representativa de uma era, mas sobretudo, por evidenciar a cultura de uma época vivenciada nos grandes centros do nosso país, o início do século XX, com traços peculiares a esse ambiente.

Afinal, como ressalta Le Goff, a memória urbana guardada pelos corpos municipais revela a identidade coletiva e comunitária, da qual se destacam os monumentos, a evocar o passado e perpetuar a recordação. O conhecimento científico se opera por meio do questionamento do documento enquanto monumento, que por sua vez é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. E isso fica bem claro quando se adentra a um tema relacionado à esfera institucionalizada do poder público estadual, a construção de um prédio para servir de Palácio à Justiça Pernambucana.

Para tanto, utilizou-se a análise metodológica proposta por Le Goff, do documento enquanto monumento, extraindo-se do cotejo das fontes os limites da pesquisa, onde é preciso isolar, reagrupar, tomar pertinente, colocar em relação, constituir em conjunto, colocar em

série, tratar de modo quantitativo, e para além disso, inserir em conjuntos formados por outros monumentos, transferindo-o do campo da memória para o da ciência histórica, a exemplo do que foi feito quando da contextualização do Palácio da Justiça com os outros monumentos da Praça da República, Palácios Judiciais Estaduais e elementos atinentes ao início do século XX.

Outrossim, aplicou-se a metodologia científica de Le Goff para análise das fontes, no sentido de desmistificar o significado aparente do documento/monumento. Como representativo de memória coletiva, é preciso analisar as condições econômicas, sociais, jurídicas, políticas e culturais de sua produção enquanto instrumento de poder. Ademais, é de se ter em conta que o objeto da história é o problema e não apenas o documento. A nova consciência historiográfica pressupõe, em lugar do fato, que conduz ao acontecimento e a uma história linear, privilegiar o dado, que leva à série e a uma história descontínua, em constante formação.

Nesse passo, em diálogo com os conceitos metodológicos sobre história e memória de Jacques Le Goff, adentrou-se na pesquisa sobre o tema em busca dos lugares onde a história “fermenta”, indo à procura de registros históricos em arquivos públicos, livros, fotografias, publicações em jornais e revistas da época, com abordagens que remetem à problemática da inexistência de uma sede própria para a Justiça, às diversas etapas da construção, desde a concepção dos primeiros esboços à aprovação do projeto final, a execução dos pavimentos, revestimento e mobiliário.

O trabalho tem como fontes de pesquisa a historiografia obtida em livros, jornais e revistas, bem como imagens da época da construção, encontradas em pesquisas realizadas na hemeroteca digital nacional, entre 1920 e 1930, como também em trabalhos científicos publicados por alunos e professores em repositórios acadêmicos, arquitetos e historiadores. Como temáticas pesquisadas para a elaboração do produto importa citar o estilo acadêmico da École des Beaux-Arts de Paris, a biografia e o design marcante do arquiteto Giacomino Palumbo, projetista do Palácio da Justiça, o afã de modernidade da década de 20 e seus antagonismos, com abordagens sobre a História da Arquitetura no Período Eclético do começo do século XX, detalhes arquitetônicos e ornamentais utilizados na composição estilística do Palácio da Justiça, alusivos ao ecletismo, com fotos e gravuras que auxiliam a descrição detalhada desses elementos.

A primeira fonte historiográfica utilizada para a realização deste trabalho foi o livro do Professor José Luiz Mota Menezes em parceria com Marcílio Reinaux, *O Palácio da Justiça*, em sua última edição de 2002, que serviu como norte para as pesquisas, com abordagens sobre o Tribunal da Relação e o Superior Tribunal de Justiça, atores políticos e profissionais significativos no processo da construção da sede da Justiça, referida pelos autores na abertura do quarto capítulo como “O Mais Belo Edifício Eclético do Recife” (MENEZES; REINAUX, 2002, p. 41). Nessa obra há considerações gerais sobre o lugar escolhido, o edifício e a praça, fotografias, plantas e mapas elucidativos da situação do prédio sobre um terreno embebido de um passado relacionado ao período do Brasil holandês, finalizando com tópicos sobre o Palácio da Justiça após a inauguração e na atualidade.

Outro livro de suma importância, sobretudo para a idealização do primeiro capítulo deste produto, intitulado “Um Tribunal em Pernambuco” foi escrito pelo Desembargador José Ferraz Ribeiro do Valle, em sua 2ª edição, de 2005, denominado *Uma Corte de Justiça do Império O Tribunal da Relação de Pernambuco*. Esse livro faz uma retrospectiva sobre a história do primeiro Tribunal do Estado, o Tribunal da Relação de Pernambuco, suas salas de despachos e de audiências, cadeia, oratório, execução da pena capital, chancelaria, desembargo, ouvidoria, magistratura, procuradoria e promotoria, com enfoque sobre as relações da colônia com a corte portuguesa, as comarcas de Pernambuco e os conselhos municipais, o primeiro local onde funcionou a Relação, o antigo Colégio de Jesuítas do Recife, entre outros assuntos peculiares ao tema, finalizando com a biografia dos desembargadores da Relação de Pernambuco (VALLE, 2005).

No âmbito da arquitetura, a pesquisa demandou a leitura de livros sobre história da arquitetura e estilos arquitetônicos, dentre os quais se destaca *Arquitetura Guia Visual de estilos arquitetônicos ocidentais do período clássico até o século XXI*, de autoria de Owen Hopkins, publicado pela Publifolha em 2017. Nessa obra, de caráter didático e elucidativo, são tecidas considerações históricas e exemplificativas sobre os estilos de cada período arquitetônico, com fotografias a ilustrar algumas edificações representativas de cada um desses períodos, desde o estilo clássico greco-romano até o pós-modernismo e, nesse ínterim, o eclético (HOPKINS, 2017).

Com efeito, para fins da elaboração deste produto, a pesquisa concentrou-se no estudo do ecletismo, por ser o tipo arquitetônico do Palácio da Justiça de Pernambuco, com suas características compositivas baseadas num relativismo estilístico, do qual podem coexistir

uma variedade de elementos de diversos períodos arquitetônicos, mas que, por outro lado, segue o rigor acadêmico do estilo beaux-arts, espécie do gênero eclético, especialmente revelado por alta e majestosa fachada clássica, coberta de rica ornamentação, encimada por esculturas de cunho renascentista e cúpula central, justaposição de elementos em lados simétricos ao corpo centralizado sobre planta axial.

A metodologia de pesquisa também envolve a seleção de documentação iconográfica obtida em portais digitais como o da Brasileira Fotográfica, vinculada à Biblioteca Nacional e ao Instituto Moreira Salles (IMS) e no acervo de imagens do Museu do Estado e do Arquivo Público de Pernambuco, sobretudo para a composição estrutural dos primeiros capítulos, que apresentam reflexões sobre a necessidade de uma Corte de Justiça em Pernambuco, os diversos locais em que a Justiça Estadual funcionou até a construção de sua própria sede e o passado histórico do local escolhido.

Para a compreensão das peculiaridades da época em que o prédio foi construído foi utilizada como metodologia de pesquisa a historiografia obtida em livros, dissertações, teses e artigos científicos que tratam dos temas relacionados, merecendo destaque a tese de doutorado de Sylvia Couceiro, intitulada *Artes de Viver a Cidade. Conflitos e Convivências nos Espaços de Diversão e Prazer do Recife nos anos 20*. Da obra em referência foram extraídos elementos para a elaboração do Capítulo V deste produto, que se reporta às décadas de 20 e 30, na qual o município do Recife experimentava um sentimento de europeização como sinônimo de progresso e modernidade, refletido nas transformações urbanas e tecnológicas vivenciadas pela elite pernambucana (COUCEIRO, 2003). Ao mesmo tempo, aborda-se num tópico do mesmo capítulo o outro lado da cidade, relacionado à sobrevivência da população marginalizada e as dificuldades que lhe eram inerentes, com trechos extraídos do livro de Paulo Rezende intitulado *O RECIFE: Histórias de uma cidade* (REZENDE, 2005).

Com o propósito de evidenciar personagens atuantes no processo de realização da construção do Palácio da Justiça Estadual, merece destaque a dissertação de mestrado de Karine Cortez, sob o título *Giácomo Palumbo: trajetória e obra na cidade do Recife de 1919 – 1939*. Do trabalho acadêmico referido, foram colhidos minuciosos excertos sobre a vida profissional de Palumbo, arquiteto projetista do edifício palaciano em comento, e sobre o pensamento da École des Beaux-Arts, onde o mesmo estudou (CORTEZ, 2021), utilizados para a composição dos Capítulos IV e V deste produto.

Outrossim, foram utilizadas na metodologia de pesquisa as fontes escritas e imagéticas obtidas do acervo de periódicos em circulação na cidade do Recife e em outras capitais do país, para a elaboração dos capítulos subsequentes, que adentram propriamente à edificação do prédio do Palácio da Justiça, como o projeto, a pedra fundamental, a construção e a inauguração, com notícias e ilustrações obtidas de jornais e revistas com a utilização das palavras-chave “Palácio da Justiça de Pernambuco”, “Sérgio Loreto”, “Giácomo Palumbo”, “Henrich Moser”, “Estácio Coimbra” e outros termos afins, vinculados ao tema, no site da hemeroteca digital brasileira, nos períodos entre 1920-1929 e 1930-1939, referentes ao recorte temporal do produto (1924-1930).

Grande parte da pesquisa foi realizada graças à existência de uma intensa atividade jornalística em Pernambuco, que possibilitou o fomento de uma ampla rede de informações contidas nos periódicos em circulação da época, jornais e revistas, a maioria, de vieses tradicionalmente ligados à República Velha, destinados a formar a opinião pública a favor do governo, como o Jornal Pequeno, o Diário e a Revista de Pernambuco, nos quais eram publicados atos e acontecimentos do Governo Estadual, esta última, fartamente ilustrada, com notícias da capital e do interior do Estado.

De se destacar, por exemplo, a reportagem do Diário de Pernambuco do dia 3 de junho de 1924, que se refere ao festivo aspecto da cerimônia do lançamento da pedra fundamental, em 2 de julho de 1924, pelo governador do Estado, o Juiz Federal Sérgio Loreto, com a presença de altas autoridades, bandeiras com as cores nacionais e do Estado e um guindaste, também embandeirado, que suspendia, à altura de pouco mais de um metro o primeiro bloco de granito a indicar os alicerces do imponente edifício. Isso mostra o alinhamento do governo estadual com o governo federal, à época presidido por Artur Bernardes, ideologicamente nacionalista, assim como Loreto o era. (Cem anos depois. Confederação do Equador. Diário de Pernambuco, Recife, 3 jun. 1924, p. 3).

No dia 3 de julho de 1924, o Jornal Pequeno, também de viés governista, no qual eram retratados diversos assuntos relacionados ao cotidiano da cidade recifense, publica uma reportagem referente ao mesmo evento, de cunho formal e restrito, destacando como parte dos ritos cerimoniais a colocação, na cava do bloco de pedra assentado, de todos os jornais do dia, moedas, cartões e ata que ali mesmo teria sido lavrada, como uma espécie de cápsula do tempo, a preservar a memória histórica daquele acontecimento, ressaltando, ainda, os discursos do Desembargador Abdias de Oliveira, Presidente do Superior Tribunal de Justiça,

do Procurador Geral do Estado Manoel Arthur de Sá Pereira, e o pronunciamento do Governador Sergio Loreto, bem como a recepção oficial no salão róseo do Palácio do Governo, às 3 horas da tarde, para convidados ilustres. (As grandes festas de hontem, em commemoração ao primeiro centenario da Revolução de 1824. Jornal Pequeno, Recife, 3 jul. 1924).

Na mesma linha editorial dos periódicos acima e com farta cobertura fotográfica, a divulgar projetos urbanos do governo e matérias culturais que transmitiam a modernidade, a Revista de Pernambuco, de agosto de 1924, dedica boa parte da edição a rememorar as festas comemorativas do Centenário da Confederação do Equador, ocorridas em julho daquele ano. Traz registros do evento como a parada militar da força pública em frente ao Palácio do Governo, a missa campal no Largo das Cinco Pontas, em homenagem aos mártires de 1824, com especial destaque ao envolvimento da pedra fundamental pela bandeira nacional, símbolo de um discurso de alinhamento e comunhão ideológica do governo estadual com o governo federal como citado alhures. (As Festas Commemorativas do Centenario da Confederação do Equador. Aspectos do lançamento da pedra fundamental do Palacio da Justiça. Revista de Pernambuco, Recife, ago. 1924).

A mesma revista reproduz nota de próprio punho do Governador Loreto publicada no Jornal do Commercio em que destaca a jornada dos precursores da República Federativa do Brasil, rememorando as solenidades do primeiro centenário da Confederação do Equador, ocorrida no ano anterior, “glorificando com justiça a memoria dos que, em 1824, sacrificaram a vida pela implantação do regimen federativo no Brasil” (Revista de Pernambuco, Recife, ago. 1924).

Já na edição de março de 1925, o aludido periódico traz um trecho da mensagem do Governador do dia 6 daquele mês, em que apresenta as contas e as realizações do Governo do Estado ao Congresso Legislativo de Pernambuco. (A Mensagem do Governador. Revista de Pernambuco, Recife, mar. 1925). No inteiro teor da mensagem encontrada no acervo da hemeroteca digital brasileira é destacado pelo chefe do executivo estadual as melhores relações do seu governo com o governo da União e com os governos dos Estados Federados (Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado ao Congresso Legislativo de Pernambuco em 6 de março de 1925. 1ª sessão da 12ª legislatura. Sec. Tech. De Rep. De Publicações Officiaes, Recife, 1925).

Da mesma forma que a cerimônia do lançamento da pedra fundamental, os assuntos relacionados à construção do Palácio da Justiça de Pernambuco também foram objeto de várias notícias veiculadas em diversos periódicos da época, tanto de viés governista, com exaltação aos esforços do governo estadual para a realização da obra, como de oposição, com críticas contundentes aos gastos realizados pelo governo e aos supostos defeitos estruturais e ornamentais do edifício.

Nessas pesquisas foram obtidas informações sobre os tipos de materiais utilizados na edificação, a extração das pedras aplicadas nos alicerces, a contratação dos profissionais envolvidos na operacionalização da obra, incluídos os artistas renomados e os anônimos operários, orçamento, estrutura, acabamento e mobiliário.

De se observar, por exemplo, a edição da Revista de Pernambuco de agosto de 1924, na qual é detalhada e ilustrada a realização do transporte fluvial dos grandes blocos de pedra extraídos das pedreiras de Comportas, utilizados no enchimento dos alicerces e nas paredes estruturais do edifício (Palácio da Justiça. Revista de Pernambuco, Recife, ago. 1924).

Outra edição significativa sobre a construção do Palácio da Justiça é a da Revista de Pernambuco de agosto de 1925, que se refere à monumentalidade da obra que iria se elevando “na confusão de andaimes e blocos”, já alcançando a concretização do piso do segundo pavimento, com uma série de fotografias retratando os operários que participaram da construção, andaimes, ferragens, concretagem e acabamento (Palácio da Justiça. Revista de Pernambuco, Recife, ago. 1925).

Os acidentes de trabalho após a retomada das obras do Palácio da Justiça, já na gestão do governador Estácio Coimbra, paralisadas no governo anterior, desde 1926, também foram noticiados pela imprensa local. Em consulta realizada na hemeroteca digital brasileira, entre 1928 e 1930, foram encontradas sete ocorrências, sendo duas no Jornal Pequeno e cinco no Jornal do Recife. Alguns acidentes foram encontrados com o termo adicional da palavra “acidente” e outros apenas com o termo “Palácio da Justiça”.

Nessas notícias há um padrão comum de narrativa, que começa com o horário do acidente, o nome, a cor, a idade e o endereço da vítima, a descrição pormenorizada do sinistro e as consequências lesivas ao acidentado, a presença da Assistência Pública para os serviços de socorro médico e, na maioria delas, os nomes dos profissionais plantonistas do atendimento (médicos, enfermeiros e até acadêmicos).

Da amostragem dos acidentes analisada, observa-se que houve maior incidência de choques elétricos, o que se mostra relevante, quando considerado que na época a eletricidade ainda era novidade, trazida com o processo de modernização da cidade no começo do século XX. Outro dado significativo, conforme informado pelos jornais, era a predominância da qualificação da cor parda dos operários. Dos seis acidentados, quatro foram identificados como pardos, um como preto e um como branco.

A paralisação da obra também foi objeto de crítica efetuada pelo Jornal do Recife de 20 de abril de 1927. Com a manchete intitulada “É lastimavel” o periódico se reporta ao lamentável abandono a que a obra, “impensadamente” começada na administração de Sérgio Loreto estaria entregue, após um gasto de mais de três mil contos, concebida sem estudo prévio e acima das possibilidades financeiras do Estado. (É lastimavel. Jornal do Recife, Recife, 20 abr. 1927)

Já com editorial de viés governista, o Jornal Pequeno, de 2 de abril de 1928, exaltava o retorno da construção palaciana que viria abrilhantar ainda mais a honrada administração do Governador do Estado, destacando, ainda, o crédito extraordinário para a retomada da obra, no importe de “1.500:000\$000 (mil quinhentos contos de réis) retirados do saldo existente no Thesouro, proveniente da renda ordinária do Estado” (O Palacio da Justiça vae ser acabado. Jornal Pequeno, Recife, 2 abr.1928, p.3).

Menos otimista e bem mais crítico, de viés oposicionista, o Jornal do Recife, que circulou em 10 de abril de 1928 noticia a dispensa de parte dos operários que trabalhavam nas obras do Palácio da Justiça e a dificuldade de receberem seus “minguados salarios” (Dispensados os operarios da obra do Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 10 abr. 1928). Em diversas publicações seguintes prosseguem as críticas ferrenhas ao andamento da obra, às dificuldades no projeto e ao custo elevado da edificação, sobretudo da cúpula do edifício, último elemento a ser construído, assim como à centralização dos serviços na pessoa do arquiteto Giácomo Palumbo.

O evento festivo da inauguração do prédio monumental em 7 de setembro de 1930<sup>2</sup> foi objeto de exaltação em diversos periódicos locais, cuja consulta foi obtida do acervo digital

---

<sup>2</sup> A inauguração do Palácio da Justiça em 7 de setembro de 1930 nos traz à memória reflexões sobre momentos políticos relevantes da história brasileira. O dia 7 de setembro, no qual se comemora a Independência do Brasil do reino de Portugal, deixando de ser uma colônia portuguesa para se tornar uma nação independente. Já o ano de 1930 remete ao período final da República Velha, nome dado à primeira fase republicana, que se estendeu desde a Proclamação da República, em 1889, até a Revolução que culminou com o golpe de Estado de 24 de

disponibilizado pela hemeroteca nacional, a exemplo do Jornal Pequeno, de 8 de setembro de 1930, com destaque especial aos discursos das autoridades ali presentes (7 de Setembro. As Festas de Hontem. Os discursos do Governador do Estado e do Secretário da Justiça. Jornal Pequeno, Recife, 8 set. 1930).

Da mesma forma, o Jornal A Província, do dia 7 de setembro de 1930, se reporta com entusiasmo aos discursos das autoridades, sendo ainda ressaltada a decoração principal do edifício, a cargo da Companhia Betenfeld, da Casa Leandro Martins e da Casa Laubisch & Hirth, do Rio de Janeiro (O Palácio da Justiça de Pernambuco. A Província, Recife, 7 set. 1930, p. 3-4) .

O Diário de Pernambuco que começou a circular na manhã do dia 7 de setembro de 1930 também deu cobertura relevante ao evento, destacando o mobiliário dos diversos serviços do Fórum, digno de nota pela sua severa imponência em algumas seções, projetado pelo arquiteto M. Nozières, com execução confiada às Casas Leandro Martins & Cia. e Laubisch & Cia., do Rio de Janeiro.

Outrossim, ressaltou o referido periódico a iluminação elétrica do edifício, com cerca de 250 mil velas, distribuídas em mais de mil lâmpadas , bem como a instalação provisória, nos dois pavimentos da cúpula, do Museu do Estado, naquela mesma data, uma placa de bronze no hall de entrada, à direita, para comemorar a construção do edifício ligada às administrações Sérgio Loreto e Estácio Coimbra, e uma outra placa, a pedido do Instituto Arqueológico, aposta na frente externa do edifício, voltada para a rua do Imperador, assinalando que local em que se erguia o Palácio da Justiça teria existido em tempos idos o Forte Ernesto, construído pelos holandeses (Palácio da Justiça. Diário de Pernambuco, Recife, 7 set. 1930, p. 3).

A Revista Ilustração Brasileira apresenta, em seu exemplar de setembro de 1930, número 121, ano XI, uma edição especial sobre a obra político-administrativa do Governador Estácio de Albuquerque Coimbra, elencando os feitos de sua gestão, fartamente ilustrados, em sua maioria. Nela se encontra mencionado o recém inaugurado prédio do Palácio da Justiça, com todo o luxuoso mobiliário e a instalação do Museu do Estado e da Inspeção de

---

outubro de 1930, que depôs o presidente Washington Luís, assumindo a chefia do governo provisório Getúlio Vargas. Pernambuco manteve-se aliado ao antigo governo, oferecendo resistência. Vencido, Estácio Coimbra é destituído do cargo, fugindo para a Europa, ao embarcar rumo ao exílio em Lisboa, somente retornando anistiado em 1934 (VAINSENER, 2003).

Monumentos na sua cúpula.(As realizações da administração Estacio Coimbra, em Pernambuco. Revista Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, set. 1930).

O jornal A Província do dia 7 de setembro de 1930 igualmente menciona a inauguração do Museu do Estado, na cúpula do edifício, com duas seções, uma de história e arte antiga e outra de etnografia (O Palácio da Justiça de Pernambuco. A Província, Recife, 7 set. 1930, p. 3-4).

De outra banda, foram também encontradas na pesquisa ao acervo da hemeroteca digital nacional, do período entre 1930-1939, as críticas do Jornal do Recife ao Palácio da Justiça, à vista da edição do dia 18 de setembro de 1930, na qual enfatiza a existência de defeitos construtivos e ornamentais da edificação, imperdoáveis, segundo o jornal, quando considerado o preço da obra monumental, de dez mil contos de reis (O Palácio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 18 set. 1930, p. 2).

Percebe-se, portanto, das matérias trazidas a cotejo analítico, que apesar da maioria dos periódicos locais revelar uma tendência mais governista, de celebrar os feitos do governo estadual, resultado de uma política de autopromoção exercida com a colaboração de boa parte dos jornais e revistas de expressivos destaques da época, como também de órgãos da imprensa oficial, como a Revista de Pernambuco, com a finalidade de implantar um forte esquema de propaganda e divulgação dos projetos de modernização da cidade, direcionados às classes de maior poder aquisitivo, incluindo-se uma série de obras voltadas, majoritariamente, à elite local, o Jornal do Recife, por sua vez, exercia um papel de controle rígido sobre as atividades da administração estadual, com críticas severas, sobretudo aos portentosos gastos com obras realizadas, dentre elas, a do Palácio da Justiça no centro da cidade e da Avenida Beira-Mar em Boa Viagem.

### **3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO**

O produto terá o formato de e-book ilustrado, com páginas em tamanho 210 x 280 e modo de exibição na configuração retrato, com aproximadamente 172 páginas ao todo, incluídos folha de capa e contracapa, nove capítulos, referências e apêndice, com letras em fonte times new roman 12 e notas de rodapé em times new roman 10.

Preferiu-se um formato um pouco maior do que o padrão comumente utilizado, que é o tamanho 160 x 230. Na realidade, começou-se por este tamanho menor, mas em razão de ter

sido constatado que não só a disposição dos textos e das figuras ficariam comprometidos a uma lógica racionalmente equilibrada, como a concebida pela autora no formato original, em tamanho A4, bem mais próximo da nova formatação de 210 x 280, como também para dar um toque mais rebuscado ao produto, que o fizesse distinguir de um livro comum, podendo ser materializado fisicamente em capa dura.

Os nove capítulos estão enumerados em letra romana, com títulos destacados em tamanho maior, times new roman 33 e na cor vermelho-escura. Entre a numeração do capítulo e o título, um arabesco maior na cor ouro-velho e outro arabesco menor na mesma cor sob o título do capítulo, para dar um ar elegante e requintado à diagramação do produto, cujo objeto de estudo é a construção de um palácio numa época elitizada à moda europeia parisiense, preferindo-se a adoção de um design nobre, porém clean, sem exageros. No topo de cada página, uma fina barra horizontal em vermelho-escuro, em alternância, ora com o título do trabalho, ora com o título do capítulo. Para a abertura de cada capítulo, uma ou duas reproduções fotográficas de página inteira, preferencialmente correlacionada ao conteúdo.

Algumas ilustrações encontram-se em tamanho natural e também reproduzidas, preferencialmente ao lado, ou quando não couber, abaixo, a depender do espaço disponibilizado em cada página, com zoom ampliado, para evidenciar os detalhes.

A utilização de uma grande gama de ilustrações no produto foi um recurso visual utilizado pela autora para auxiliar a compreensão sobre o tema, fazendo com que o leitor possa adentrá-lo no tempo e no espaço, inserindo-se ao ambiente, à medida em que se descortinam as explanações contidas no sequencial dos capítulos.

Há transcrições no bojo do produto em português antigo, para proporcionar a experiência de vivenciar o contexto historiográfico da época tal qual foi produzido, outras em português atualizado, para que a leitura não fique cansativa ao tentar decifrar a escrita não mais utilizada, com caracteres diferenciados do passado.

Destacaram-se, também, partes relevantes ao contexto do tema, mas que não estavam diretamente relacionadas à construção do Palácio, em formato de boxes intercalados ao texto base trazido em cada página. O intuito dessa disposição artística é impingir uma diagramação mais leve, objetiva e adequada ao público em geral, chamando atenção a matérias pertinentes ao contexto, mas quebrando um pouco a formalidade da sequência repetitiva de textos e imagens dispostas sobre uma base branca atrelada ao tema central.

De uma possível cartela de cores para os boxes escolheu-se o azul acinzentado e o rosa antigo, a depender das cores das imagens inseridas em cada box, de forma a evidenciá-las com clareza, optando-se, ainda, pelo mesmo tamanho e cor preta de letra, sem negrito, utilizada nos textos apresentados sobre a base branca dos temas principais.

Objetiva-se, assim, a facilitação da compreensão do produto pelo público-alvo, direcionado aos graduandos dos cursos de História, Arquitetura e Turismo, como também contribuindo para o conteúdo da disciplina de História da Arquitetura no Brasil nas primeiras décadas do século XX, para o turismo local e o público em geral, e bem assim, para o acervo histórico do próprio Tribunal de Justiça, do Memorial de Justiça, do Museu do Estado, bibliotecas e demais instituições públicas e privadas interessadas.

A circulação do produto será efetuada mediante a disponibilização do conteúdo na plataforma digital via internet, podendo integrar-se via link ao site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, agregando-se à parte relacionada à História da instituição, em conceito mais amplo ao que já está disponibilizado atualmente e/ou ao link que remete ao Memorial de Justiça disponibilizado no próprio site em referência.

A escolha do formato se justifica pela conjugação do conteúdo textual com a parte iconográfica, tendo como aplicabilidade a pesquisa sobre temas correlacionados.

#### **4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO**

O produto é um e-book ilustrado, composto de nove capítulos, anunciados em letra romana, um deles subdividido em dois subcapítulos.

Os capítulos encontram-se assim denominados: Um Tribunal em Pernambuco; O Idealizador: Governador Sérgio Loreto; O local escolhido; O Projeto; A Década de 20 no Recife, subdividido em: A modernização e o ecletismo arquitetônico e O outro lado da cidade; A Pedra Fundamental; A Construção; A Fachada e os Pavimentos; A Inauguração. No capítulo “A Construção” há um box apresentando uma curta biografia sobre o Governador Estácio Coimbra, em cuja gestão foi inaugurado o Palácio da Justiça e no capítulo “A Fachada e os Pavimentos” há dois boxes igualmente biográficos, do escultor Bibiano Silva e do arquiteto, vitralista e pintor Henrich Moser.

#### 4.1. Um Tribunal em Pernambuco

Este primeiro capítulo faz uma retrospectiva dos primeiros movimentos para a instalação de uma Corte de Apelação em Pernambuco, por meio de uma série de petições endereçadas à Corte Portuguesa pela Câmara de Olinda, nos idos de 1796, até a criação do Tribunal de Relação da Província de Pernambuco, por decreto do rei Dom João VI, em 6 de fevereiro de 1821, através da Carta Régia de 2 de junho de 1822, assinada no Palácio do Rio de Janeiro, à época, capital do Brasil (WEHLINNG, 2021).

Conforme trecho extraído da referida Carta, eram muitas as dificuldades dos habitantes da Província de Pernambuco para recorrerem à Relação da Bahia, responsável pela jurisdição ao norte do país, incluindo os Estados do nordeste, como a distância, despesas com deslocamento, separação da família e interrupção do trabalho, o que desestimulava a interposição de recursos, em face de tais incômodos e dispêndios (AMARAL, 2021).

Outrossim, aborda-se neste capítulo os diversos lugares ocupados pela Corte Estadual de Justiça, como o antigo Colégio de Jesuítas do Recife (VALLE, 2005, p. 62), situado ao lado da Igreja do Divino Espírito Santo, atual Praça Dezessete<sup>3</sup>, o antigo Erário Régio, construído no local onde se encontrava o Palácio das Torres de Maurício de Nassau, onde atualmente está edificado o Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, voltando ao Colégio de Jesuítas e, em seguida, no andar superior da Cadeia Pública, atual endereço do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e, finalmente, no prédio onde funcionara a Câmara Municipal do Recife e a Biblioteca Pública Provincial<sup>4</sup>, prédio demolido para a construção da atual Secretaria da Fazenda, lá permanecendo, após extinta a Relação em 1892, com a nova denominação de Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco<sup>5</sup>, até a edificação da nova sede.

---

<sup>3</sup> Praça Dezessete, em alusão à Revolução Pernambucana de 6 de março de 1817

<sup>4</sup> A Biblioteca Pública Provincial foi criada em 1852, ficando instalada entre 1875 a 1930 no Palacete da Câmara Municipal. In SILVA, Joelmir Marques da. Jardins de Roberto Burle Marx em um sítio histórico: uma perfeita integração do antigo com o moderno. 19&20, Rio de Janeiro, v. XI, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: [http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/rbm\\_jardimpe.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/rbm_jardimpe.htm), Acesso em: 20 mar. 2021.)

<sup>5</sup> Galeria dos Presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Gervásio Campello Pires Ferreira. Coube-lhe presidir a última sessão da Relação a 08/01/1892. Extinta a Relação, organizado o Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi seu primeiro presidente. (entre 08/01 a 1º/10/1892) [<https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/galeria-dos-presidentes>]

Ressalta-se ainda, neste capítulo, que muitos desses lugares eram inadequados e inclusive arriscados, para abrigar a Casa da Justiça, a exemplo do Palácio Velho (antigo prédio do Erário Régio), em estado deplorável pela ação do tempo.

O ofício enviado pelo então Presidente do Tribunal da Relação, desembargador Tomás Antônio Maciel Monteiro – empossado no cargo em 1834 – ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros (o Conde da Boa Vista), dá uma dimensão do problema enfrentado pela Justiça Pernambucana, desde o século anterior à construção de sua sede, ao atuar em imóveis emprestados, antiquados e sem manutenção. No aludido documento, havia a solicitação de providências urgentes para efetuação de reparos no Palácio Velho, bem como para que fosse disponibilizada outra casa para realização das sessões, ante o risco das paredes rachadas, “e o teto pela parte do Nascente” ter dado “um grande estalo, ou parecer cair telha, ou outra alguma matéria sobre o forro da Casa das Audiências” (VALLE, 2005, p.171-172).

Mas somente em 1924, na gestão de Sérgio Loreto, é que a ideia da construção de um edifício que abrigasse o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ganhou força e concretizou-se. Como magistrado, não se conformava com a falta de uma sede própria para a Justiça, embora tal reivindicação, como visto, viesse de longa data.

#### **4.2. O Idealizador: Governador Sérgio Loreto**

Este capítulo traz informações biográficas sobre Sérgio Loreto, natural de ÁguasBelas, Pernambuco, sua vida profissional e acadêmica, cargos públicos de promotor, chefe de Polícia e juiz federal no Espírito Santo, assumindo o governo de Pernambuco de outubro de 1922 a outubro de 1926 (GASPAR, 2003)<sup>6</sup>, com louvores não só por parte da imprensa local como também nacional, pelas posições políticas conciliadoras, a exemplo do noticiado no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, segundo o qual

não hesitou o integro magistrado em privar-se das vantagens do alto cargo para acudir ao apelo espontâneo e uníssono que lhe faziam, seus conterrâneos, esperançados em obter para o conflito político uma solução de concordia e paz. (Dr. Sergio Loreto. Jornal do Brasil, Recife, 13 ago.1922, p.5).

A crise política a que se refere a matéria se configurou em 1922, quando do falecimento do governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, determinando a disputa pelo

---

<sup>6</sup> GASPAR, Lúcia. Sérgio Loreto. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

governo estadual. De um lado, com apoio de Manuel Borba, foi lançada a candidatura de José Henrique Carneiro da Cunha, e do outro, a de Eduardo de Lima Castro, saindo vitorioso Carneiro da Cunha.

O resultado foi contestado pela oposição, dando ensejo a combates de rua marcados por violência e a presença da polícia e do exército. A ameaça de intervenção provocou um acordo entre os rivais, resultando na eleição do juiz Sérgio Lins de Barros Loreto, empossado no dia 18 de outubro daquele ano<sup>7</sup>.

### **4.3. O local escolhido**

Este capítulo faz uma retrospectiva histórica do local em que foi construído o Palácio da Justiça e sua simbologia, por fazer parte da memória coletiva das origens da cidade do Recife.

Discorre sobre os primeiros registros historiográficos locais, que remontam ao tempo dos holandeses, as adjacências do Palácio de Friburgo, construído em meados de 1640, pelo arquiteto Pieter Post (1608-1669), onde hoje se encontra a Praça da República, o Teatro Santa Isabel e o Palácio do Governo, sede do executivo estadual.

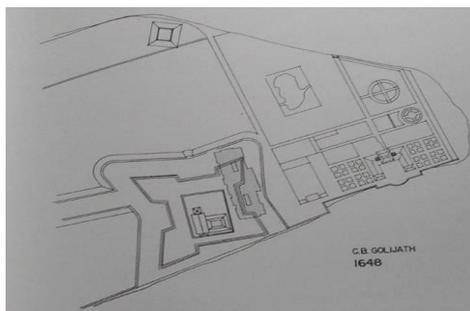
Traz, ainda, considerações sobre o Convento Franciscano de Santo Antônio, construído em meados de 1606 e utilizado como quartel pelas tropas neerlandesas, quando da invasão e conquista do Recife (1630), que ali ergueram uma fortificação, o Forte Ernesto, e um grande fosso, para proteção militar, sendo o Palácio da Justiça construído sobre ambos.

Na sequência, encontra-se colacionada uma planta baixa, de autoria de C. Golijath, cartógrafo do Conde Maurício de Nassau, extraída do livro O Palácio da Justiça, de José Luiz Mota Menezes e Marcílio Reinaux, referenciado abaixo da figura, por meio da qual é visualizada a situação do Palácio da Justiça sobre parte do Forte Ernesto e o seu fosso, em frente ao horto zoobotânico do Palácio de Friburgo.

---

<sup>7</sup> Acervo Manoel Borba, Cehibra, Fundação Joaquim Nabuco, Apipucos; Série Documentos Pessoais (Completa); Série Produção Intelectual (Pasta 1 a 4 – docs. 1 a 24 g 4). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BORBA,%20Manuel.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Figura 1 – Superposição do Palácio da Justiça ao Forte Ernesto e ao fosso.  
Ilustração de C. B. Golijath (1648).



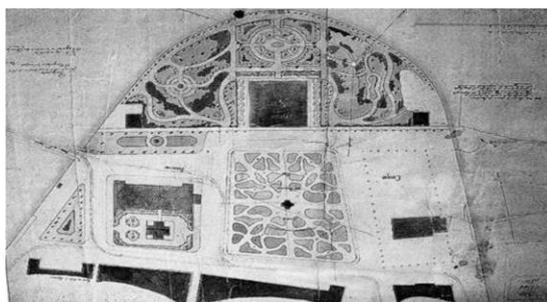
Fonte: MENEZES; REINAUX (2002, p. 35)

Prossegue-se à leitura do capítulo com as diversas denominações da atual Praça da República, desde o final do século XVIII, quando o Palácio de Friburgo foi demolido e construído o Erário Régio sobre parte de seus alicerces, época em que o local passou a se chamar Campo do Erário, depois Campo da Honra ou Campo dos Mártires, em memória dos oito mártires pernambucanos enforcados em 8 de julho de 1817, pela participação no movimento de independência do Brasil e, com a demolição do Erário Régio em 1840 e a construção do Palácio da Presidência da Província, inaugurado em 1841, passando a se chamar Largo do Palácio ou Largo do Paço. Depois, em razão da visita de Dom Pedro II a Pernambuco em 1859 passa a ser denominado Campo das Princesas, e finalmente, com a queda do Império e a consequente mudança da forma de governo, adquire o nome pelo qual ainda é chamado atualmente - Praça da República.

Outra questão também pontuada neste capítulo é o gradeamento e a calçada no entorno da Praça da República, que constam em relatório da Presidência da Província de 1º de março de 1871, com a nova denominação de Passeio Público, inaugurado em 1872. A planta do ajardinamento é assinada por Emile Beringuer, com data de 5 de setembro de 1875 (SILVA, 2019). A obra é inspirada no paisagismo inglês, com canteiros curvos e irregulares e um coreto ao centro.

O orçamento da Repartição de Obras de 1871 também trata da aquisição de um gradil, quatro portões em ferro, oito bancos com dois tipos e ornatos, quatro figuras com lâmpadas globulares, quatro estátuas “representando a Justiça, a Fidelidade, a Amazona e a Concórdia”, juntamente, “com quatro estátuas representando o inverno, o estio, a primavera e o verão” (ARRAIS, 2004 apud SILVA, 2019).

Figura 2 – Planta do projeto de Emile Beringuer.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (1875)

Para completar ainda mais a ideia do leitor de como seria a Praça da República um pouco antes da construção do Palácio da Justiça, o capítulo traz fotografias ilustrativas das construções que haviam no entorno, como as que se apresentam a seguir, com o detalhe do gradil de ferro ao redor da praça, coreto ao centro e canteiros em formas curvas, rodeados pelos passeios em primeiro plano, ao estilo do paisagismo inglês, com gramado e plantas de pequeno porte (figura 3) e o Teatro Santa Isabel, nomeado em homenagem à Princesa Isabel, filha do Imperador D. Pedro II, em estilo neoclássico, projetado e construído pelo engenheiro francês Louis Léger Vauthier, inaugurado em 1850 (figura 4). Em outro ângulo, complementando a paisagem, o prédio da Assembleia Provincial e sua cúpula, na outremargem do Rio Capibaribe (figura 5).

Figura 3 – Palácio do Campo das Princesas (1875-1889 circa)



Foto: Vilela, João Ferreira (1870).  
Fonte: Thereza Christina Maria;  
Custódia: Biblioteca Nacional

Figura 4 – Palácio com os jardins e o coreto



Foto: Lamberg, Moritz (1880, circa).  
Fonte: Pedro Corrêa do Lago.  
Custódia: Brasiliana Fotográfica,  
Instituto Moreira Salles

Figura 5 – Vista Panorâmica da Praça da República.



Gravura de F. H. Carls. (1878).

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife

Mais adiante são colacionadas mais duas fotografias, a primeira do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, inaugurado em 1880 e a segunda, com a composição atual do quadrilátero da Praça da República, após a construção do Palácio da Justiça. Por fim, mais duas fotografias de 1920, uma da Rua do Imperador e a outra da Rua das Florentinas, atual Dantas Barreto, que tangenciam as laterais do Palácio da Justiça.

#### 4.4. O Projeto

Este capítulo traz a discussão acerca dos vários projetos para a concepção arquitetônica do Palácio da Justiça, antes de ser escolhido o definitivo, o quarto deles, e mesmo assim, com algumas modificações posteriores, implementadas no curso da edificação, para melhor adequação à demanda e à logística de sua utilização.

De acordo com o professor e historiador José Luiz Mota Menezes, o primeiro projeto para a construção de um Palácio da Justiça em Pernambuco, de autoria do arquiteto Heitor Melo, professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, remonta ao ano de 1917, não se tendo informação de onde seria realizada a construção (MENEZES; REINAUX, 2002, p. 43).

O segundo projeto, já na gestão do governador Sérgio Loreto, é de autoria do arquiteto Giácomo Palumbo (1891-1966), nascido na Grécia, de nacionalidade italiana, com formação acadêmica na Escola de Belas Artes (École des Beaux-Arts) de Paris, o mesmo autor do quarto projeto que foi aprovado. Este segundo projeto seguiria o mesmo estilo da Faculdade de Direito do Recife, na Boa Vista. Contudo, por ter sido considerado de pequenas proporções para abrigar os vários departamentos da Justiça do Estado foi recusado, assim como o terceiro projeto, de autoria do também arquiteto, pintor e vitralista alemão Henrich Moser.

Segundo Menezes, todos esses projetos encontram-se desaparecidos, com exceção da fachada principal do segundo projeto, da autoria de Giácomo Palumbo, que foi, inclusive, publicada no Jornal Pequeno, em matéria da edição de 14 de julho de 1923, reproduzida neste capítulo, assim como o trecho ampliado de parte desta fachada, extraído do livro de Menezes e Reinaux, anteriormente referido (MENEZES; REINAUX, 2002, p. 48).

De acordo com o texto publicado no Jornal Pequeno, o estilo do segundo projeto seria apropriado com a Praça da República, que naquela ocasião já ostentava duas suntuosas edificações com fachadas neoclássicas, o Teatro Santa Isabel e o Palácio do Governo, seguindo-se na matéria ali publicada a descrição detalhada dos cômodos e da fachada (“O Palácio da Justiça”. Jornal Pequeno, Recife, 14 jul. 1923, p. 3).

De semelhança ao quarto projeto que fora aprovado, é ressaltada a composição de um corpo central com uma cúpula retangular e dois corpos laterais, constando, também, como aquele, de estátuas na fachada principal, só que, diferentemente dos grupos escultóricos do quarto projeto, que trazem a figura mitológica de Têmis, no projeto anterior havia estátuas de seis grandes juristas da antiguidade. Como no quarto projeto, a decoração também era de caráter eclético.

Conforme ainda pontuado neste capítulo, as plantas baixas do quarto projeto que foi aprovado encontram-se no Arquivo Público do Estado, com algumas diferenças em relação às divisões dos ambientes, ao se considerar o edifício construído, pois este projeto foi feito pelo próprio Giácomo Palumbo, por conta da ausência de detalhes essenciais, não havendo, até então, a planta referente à cúpula. O capítulo também apresenta as plantas da rez do chão, primeiro pavimento e segundo pavimento, com seus respectivos cômodos e ambientes, distribuídos de maneira linear, entre as partes simétricas: corpo central interligado a dois corpos no extremo e mais a cúpula,

que lhe daria dignidade, necessária a um Palácio da Justiça (...) o uso de uma cúpula para edifícios governamentais, tais como Câmaras, Senados, Cortes Supremas ou Tribunais de Justiça, era quase uma palavra de ordem entre os arquitetos. A exemplo do Capitólio, nos Estados Unidos ou, em Pernambuco, no Recife, a Assembleia Legislativa (...) (MENEZES; REINAUX, 2002, p. 47-48).

Outrossim, são evidenciadas as modificações realizadas no projeto original, trazido a cotejo numa maquete também reproduzida neste capítulo. Dois vestíbulos foram adicionados

ao projeto inicial, um para a entrada no porão e outro para a abertura geral da Rua do Imperador para à Rua das Florentinas (atual Av. Dantas Barreto), sendo ainda criado o Salão Nobre, localizado no segundo andar, além da alteração do formato, altura e divisão interna da cúpula em dois pavimentos, mostrada detalhadamente nos desenhos que se seguem, compondo a parte ilustrativa do produto.

No projeto inicial a cúpula era octogonal, com ponto culminante elevado 50 metros acima do solo, passando à forma quadrada e com diminuição da altura para 45 metros. Com a redução da altura e alteração do formato, os grupos escultóricos apoiados na base do tambor octogonal foram suprimidos.

Figura 6 – Estudo da Fachada com a cúpula octogonal e quatro grupos escultóricos.



Fonte: Acervo Memorial de Justiça TJPE  
(1928)

Figura 7 – Sobreposição da cúpula original modificada para o formato quadrado



Fonte: MENEZES; REINAUX (2002, p.51)

#### 4.4.1. O arquiteto Giácomo Palumbo

Nesta parte do capítulo abre-se um box com uma curta biografia do arquiteto Palumbo, acrescida de duas fotos extraídas da imprensa nacional, uma do Diário da Manhã, de 1931, e outra da Revista “O Cruzeiro”, de 1933, dada a sua projeção como arquiteto de renome, com conceituada formação acadêmica e várias obras realizadas no País, o que lhe rendeu fama e notoriedade, sendo retratado em diversos periódicos.

A maioria das informações sobre Palumbo são extraídas da dissertação de mestrado de Karine Maria Gonçalves Cortez, cujo tema, como já dito anteriormente, foi sobre o trabalho de Palumbo na cidade do Recife, entre 1919 e 1939 (CORTEZ, 2021).

#### 4.5. As Décadas de 20 e 30 no Recife

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a década de 20 no Recife que, como outras capitais prósperas à época, a exemplo do Rio de Janeiro, sede do governo federal, experimentava mudanças estruturais de cunho modernizante, embora tal conjuntura não se

estendesse à classe menos favorecida que, em sua maioria, ocupava a periferia, ficando restrita à elite pernambucana que, nesse período, podia desfrutar dos lazeres dos clubes, cinemas, teatros e cafés situados nas áreas nobres e valorizadas da cidade.

#### **4.5.1. A modernização e o ecletismo arquitetônico**

Nesta primeira subdivisão do capítulo é apresentado o panorama da cidade do Recife do ponto de vista das classes mais abastadas, que adotavam uma filosofia de vida que tinha como modelo de ideal de progresso e civilização o continente europeu. Pernambuco e, sobretudo, sua capital, vivenciaram amplas reformas urbanas que, de acordo com a historiadora Sylvia Couceiro, refletiram-se não só na sua infraestrutura e aspecto físico, com a reforma do bairro do Recife, a abertura de avenidas e o embelezamento de alguns espaços, alterando a aparência física da cidade, mas também provocando profundas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes (COUCEIRO, 2003).

Para o jornalista e escritor Manoel de Souza Barros, o Recife da década de 20 era o Recife do novo porto, das docas movimentadas por grandes guindastes, da aparelhagem que dava lugar à atração dos grandes navios de linhas internacionais e cargueiros de muitas bandeiras que nos visitavam. O Recife do porto e da praça, da escola superior e do centro hospitalar, servindo a estados vizinhos, da comunicação através da melhor imprensa, que distribuía os jornais pela Great Western (BARROS, 2015, p. 85/86).

Já na visão política do professor Antônio Paulo Rezende, em citação à Cátia Wanderley Lubambo, as reformas ocorridas no bairro do Recife decorreram da onda modernizadora provocada com o avanço do capitalismo, causando transformações significativas para atender aos sonhos progressistas e facilitar o avanço da “verdadeira civilização”, provocando mudanças urbanas que influenciaram no traçado das cidades, hábitos de higiene e desejos de consumo, o que se dava autoritariamente, provocando inúmeras desapropriações e demolições, na segunda década do século XX (LUBAMBO, 1991, p.102 apud REZENDE, 2016, p. 41).

A mudança urbana não se limitava às demolições e construções do centro da cidade, avançando, progressivamente, em direção ao subúrbio, a exemplo do bairro de Boa Viagem, que de veraneio, começou a ser reestruturado como residencial no início do século XX. Não obstante o avanço gradual da urbanização dos subúrbios, o centro era, com efeito, o coração pulsante da cidade, ávida por modernidade e progresso tecnológico, com a incorporação de

práticas de lazer e sociabilidades, que se refletiram na seara da arquitetura e do paisagismo, pela concepção e produção de novos projetos.

Recife inspirava-se na cidade luz, Paris. As construções de novos prédios, seguiam-se às obras de saneamento básico, água, e logo luz elétrica. (...) O “Novo Recife” surgia das mãos dos inúmeros estucadores e pedreiros que vestiam os novos edifícios com aqueles ornatos, „as confeitarias“, da arquitetura Eclética”. (MENEZES; REINAUX, 2002, p. 27-28).

Nesta parte do capítulo também são abordadas questões arquitetônicas do período, em especial, do pensamento da École des Beaux Arts, onde Palumbo estudou. A monumentalidade era um aspecto bastante enfatizado na tradição Beaux Arts, assim como o local em que o prédio estaria inserido, considerado em suas diversas escalas, como a vizinhança imediata, contexto geográfico, aspectos culturais e climáticos, transcendendo questões meramente estilísticas. Os edifícios faziam parte da composição da estrutura urbana, integrando-se à mesma (CORTEZ, 2021, p. 29 e 31).

Assim, o prédio da Justiça integrou-se ao ambiente da Praça da República e dos monumentos que lá existiam, harmonizando-se à composição estilística do local, a exemplo das alegorias de Têmis de sua fachada e da praça, sem a venda nos olhos e portando a espada. Perto dali, a estátua da Justiça na Ponte Maurício de Nassau, de características assemelhadas, todas elas esculpidas por escultores franceses. No caso do Palácio da Justiça, em parceria como escultor pernambucano Bibiano Silva.

O estilo Beaux-Arts deve seu nome à École des Beaux Arts de Paris. Os alunos da École des Beaux Arts estudavam arquitetura antiga grega e romana, assim como alguns exemplos do renascimento e do barroco. Majestosas fachadas clássicas eram cobertas por rica ornamentação e por esculturas academicamente determinadas, planta com simetria, axialidade e elementos justapostos (HOPKINS, 2017, p. 132-135), características notadamente presentes no Palácio da Justiça, idealizado por Palumbo.

#### **4.5.2. O outro lado da cidade**

Esta outra parte do capítulo apresenta a dicotomia com a anterior, eis que tratada no mesmo capítulo, porém, apresentando o lado avesso da década de 20, a face não glamourosa, desencantada, ofuscada, tendo como atores a população menos favorecida.

Como ocorrido em Paris, que não tinha infraestrutura para abrigar a todos que migravam do campo para a cidade, após o intenso período de industrialização e de urbanização, assim aconteceu no Brasil e nas capitais recém urbanizadas. Desde o final da escravidão e o processo de industrialização e urbanização houve um êxodo acentuado para a cidade. Muitos habitavam nas periferias, em mocambos erguidos sobre aterros de mangues. Outros, mais infelizes, mendigavam pelo centro.

A propósito do tema, pontua Sílvia Couceiro que as camadas populares eram vistas como destoantes, como peças que não conseguiam se encaixar no quebra-cabeça que representava esse Recife moderno. Era um Recife pobre, das populações de desocupados, que vagavam pelas ruas, dos mendigos e prostitutas, dos mocambos. Era uma cidade miserável, de perigos noturnos, de vergonha e imoralidade. (COUCEIRO, 2003, p. 55).

Como ponderado por Antônio Paulo Rezende, a modernidade e o modernismo não abrangeram parcela significativa da população, tratando-se de ideias de circulação restrita, patrimônio das elites intelectuais e políticas. Nem todos aceitavam ou usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Tais cenários “civilizatórios” ou “urbanísticos”, expressavam conflitos sociais em seu cotidiano, como greves operárias e protestos, vinculados à luta dos desfavorecidos por melhores condições de vida e trabalho. Em 1922, fundava-se o Partido Comunista, com um núcleo de atuação marcante na política da resistência no Recife. A luta social sempre teve espaço nas ruas, apesar de todo autoritarismo existente.

O capítulo termina com uma transcrição do texto “Dois olhares sobre a cidade”, de André Rosemberg, citado no livro de Rezende, e duas fotos extraídas do mesmo livro, que ilustram bem essa dicotomia entre realidades: o zepelin próximo a mocambos (ROSEMBERG apud REZENDE, 2005, p. 94-103).

#### **4.6. A Pedra Fundamental**

Este capítulo trata da pomposa e festiva cerimônia do lançamento da pedra fundamental do Palácio da Justiça, lançada a 2 de julho de 1924, pelo governador Sérgio Loreto, durante as comemorações do primeiro centenário da Confederação do Equador, assunto muito destacado na imprensa local, sendo colacionados, inclusive, vários registros imagéticos extraídos da Revista de Pernambuco de agosto de 1924.

A intensa atividade jornalística em Pernambuco possibilitava a existência de uma ampla rede de periódicos em circulação, a maioria de viés tradicionalmente ligado à República Velha, destinados a formar a opinião pública a favor do governo, além dos periódicos oficiais, como o Diário do Estado e a Revista de Pernambuco.

O Diário de Pernambuco, também de viés governista, ressaltava, em 3 de julho de 1924, o aspecto festivo do evento, com um pavilhão preparado para altas autoridades, bandeiras com as cores nacionais e do Estado e um guindaste embandeirado que suspendia, a pouco mais de um metro, o primeiro bloco de granito dos alicerces do imponente edifício (Cem anos depois. Confederação do Equador. Diário de Pernambuco, Recife, 3 jul. 1924. p. 3).

Como parte dos ritos cerimoniais, o Jornal Pequeno, do dia 3 de julho de 1924, se refere à colocação, na cava do bloco de pedra assentado, de todos os jornais do dia, moedas, cartões e ata que ali mesmo foi lavrada, como uma espécie de cápsula do tempo, parapreservação da memória do evento, ressaltando, em seguida, os discursos do Desembargador Abdias de Oliveira, presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Procurador Geral do Estado Manoel Arthur de Sá Pereira e, no último, do Governador Sérgio Loreto. Ao final, a recepção oficial no salão róseo do Palácio do Governo (As grandes festas de ontem, em comemoração ao primeiro centenário da Revolução de 1824. Jornal Pequeno, Recife, 3 jul. 1924).

Com farta cobertura fotográfica, a divulgar projetos urbanos do governo e matérias culturais que transmitiam a modernidade, a Revista de Pernambuco, de agosto de 1924, dedica boa parte desta edição às festas comemorativas do Centenário da Confederação do Equador, com registros da parada militar da força pública, da missa campal no Largo das Cinco Pontas, em homenagem aos mártires de 1824 e especial destaque o assentamento da pedra fundamental do Palácio da Justiça.

Da vasta matéria ilustrada trazida pela Revista de Pernambuco, de agosto de 1924, merece destaque, como parte dos cortejos, a pedra fundamental envolvida pela bandeira nacional, símbolo do discurso de alinhamento e comunhão ideológica nacionalista do governo estadual com o governo federal presidido por Artur Bernardes (As Festas Comemorativas do Centenário da Confederação do Equador. Aspectos do lançamento da pedra fundamental do Palácio da Justiça. Revista de Pernambuco, Recife, ago. 1924).

Figura 8 - Cerimônia da pedra fundamental do Palácio da Justiça



Revista de Pernambuco, agosto de 1924

Com efeito, percebe-se o viés político partidário das publicações, notadamente alinhadas com o Governo Federal, traduzidas nos discursos e na visibilidade das ações do Governo Estadual, estampadas nos periódicos, a ilustrar o momento de mudanças na estrutura da cidade e na vida de seus habitantes, incorporadas com os auspícios da modernidade. A alusão à bandeira nacional, envolta à pedra inaugural, numa dessas postagens, corrobora o espírito de integração com a União e o regime federativo, orgulhosamente pontuado na sua gestão. Nos seus discursos é propagada a harmonia dos poderes como salutar à ordem jurídica, progresso e engrandecimento do Estado.

Destaque também, nesta mesma edição, da nota de próprio punho de Sérgio Loreto, publicada no Jornal do Commercio, enaltecendo a jornada dos precursores da República Federativa do Brasil e evidenciando sentimentos de patriotismo e de justiça.

#### 4.7. A Construção

Este capítulo apresenta de forma minuciosa as etapas construtivas do Palácio da Justiça, após a demolição de vários imóveis existentes no local, ocupando o prédio, de 2.506 metros quadrados, no bairro de Santo Antônio, no Recife, a antiga área destinada ao 2º Batalhão da Força Pública, como também a antiga ala das enfermarias do Convento de Santo Antônio, ambos voltados para a Praça da República, além dos prédios de números 139, 145, 153 e 161 e o da esquina, todos na Rua João do Rego.

A obra foi construída com a utilização de alicerces em pedra extraída da Pedreira de Comportas. Na Revista de Pernambuco de agosto de 1924, também é detalhada a realização do transporte dos grandes blocos de pedra retirados das pedreiras de Comportas, por via

fluvial, do cais da Rua da Aurora até o local da construção (Palácio da Justiça. Revista de Pernambuco, Recife, ago. 1924).

O capítulo possui inúmeras ilustrações, de forma a facilitar a entender a logística da construção. Primeiramente, as pedras eram retiradas por guindastes de ferro e colocadas nos trolys, que se deslocavam sobre trilhos até o local da obra, ali sendo retiradas por um outro guindaste móvel e utilizadas para a construção dos alicerces.

Nas fotografias abaixo, as atividades do guindaste instalado no cais da rua do Sol e os trabalhos de enchimento dos alicerces do majestoso edifício.

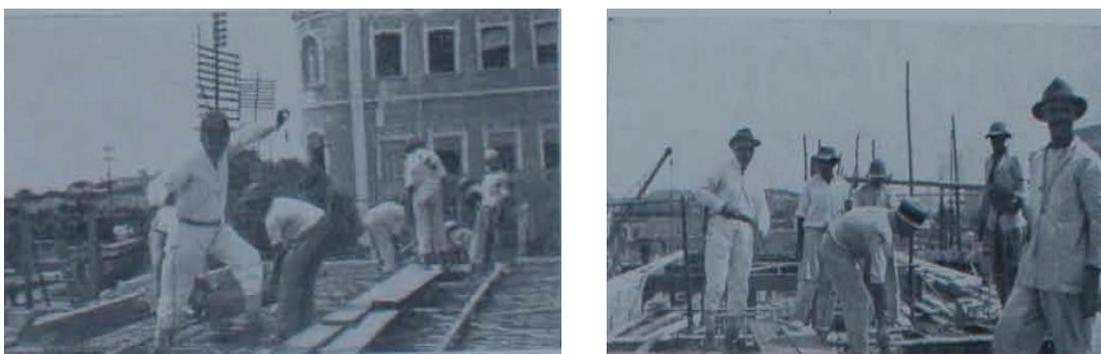
Figura 9 - Descarga das pedras para construção dos alicerces



Revista de Pernambuco, agosto de 1924

Na edição de agosto de 1925, mais uma matéria ilustrada da Revista de Pernambuco, com referência à monumentalidade da obra que já alcançava o segundo pavimento, com fotografias dos trabalhadores em plena atividade, sem acessórios de segurança, apenas calça, camisa de manga e chapéu de pequena aba de cores claras (Palácio da Justiça. Revista de Pernambuco, Recife, ago. 1925).

Figura 10 - Trabalhos de concretização do piso do segundo pavimento.



Revista de Pernambuco, agosto de 1925

Este capítulo também trata dos acidentes de trabalho após a retomada das obras do Palácio da Justiça em 1928, paralisadas por aproximadamente dois anos. De um modo geral, os acidentes eram noticiados pela imprensa local, a exemplo das notícias publicadas no Jornal Pequeno e no Jornal do Recife, trazidas por amostragem a este produto, para análise quantitativa e qualitativa de seus conteúdos. O Jornal Pequeno tinha até uma seção destinada a relatar os acidentes de trabalho ocorridos na cidade do Recife, denominada “As vítimas do Trabalho”, de onde foram colhidos alguns registros.

De se pontuar que essa amostragem remonta a uma pesquisa realizada no site da hemeroteca digital brasileira a partir de 1928, na gestão do governador Estácio Coimbra (1926-1930), quando da retomada da obra, paralisada desde 1926, por motivos financeiros e operacionais na gestão anterior de Sérgio Loreto, não sendo pesquisados para o produto aqui apresentado acidentes desde o começo das obras que, como visto anteriormente, remontam a 1924, tampouco estendendo-se a pesquisa das fontes sobre este tema específico até a inauguração do Palácio em 1930, até porque, não era esse o objetivo deste trabalho, ainda que o tema esteja relacionado ao tema principal, que é a construção da sede da Justiça Pernambucana sob uma perspectiva histórica e arquitetônica alusiva ao recorte temporal e espacial do início do século XX.

Em consulta realizada na hemeroteca digital brasileira foram encontradas sete ocorrências de sinistros, sendo duas no Jornal Pequeno e cinco no Jornal do Recife. Alguns acidentes foram encontrados com o termo adicional da palavra “acidente” e outros apenas com o termo “Palácio da Justiça”.

Nessas notícias há um padrão comum de narrativa, que começa com o horário do acidente, o nome, a cor, a idade e o endereço da vítima, a descrição pormenorizada do ocorrido e as consequências lesivas ao acidentado, a presença da Assistência Pública para os serviços de socorro médico e, na maioria delas, os nomes dos profissionais plantonistas do atendimento (médicos, enfermeiros e até acadêmicos).

Da amostragem dos acidentes analisada, observa-se que houve maior incidência de choques elétricos, o que se mostra relevante, quando considerado que na época a eletricidade ainda era novidade, trazida com o processo de modernização do Recife no começo do século XX. Outro dado significativo era a predominância da cor parda dos operários. Dos seis acidentados, quatro deles eram ditos pardos, um preto e um branco.

Outro dado importante constatado das notícias jornalísticas é a precariedade da segurança, seja no que tange ao próprio canteiro de obras, com objetos desprendidos do entorno e fios de eletricidade não isolados, causando lesões nos operários, ou no que se refere ao transporte de materiais da construção pelos trabalhadores. Percebe-se, ainda, que os trabalhos nem sempre eram realizados por profissionais treinados a tal mister, como noticiado no *Jornal Pequeno*, do dia 10 de maio de 1928, no acidente ocorrido com um jornaleiro enquanto trabalhava nas obras do Palácio da Justiça (As vítimas do trabalho. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 mai. 1928, p. 2).

#### **4.7.1. O Governador Estácio Coimbra**

Na sequência do capítulo traz-se em box uma breve biografia sobre o Governador Estácio de Albuquerque Coimbra, nascido em Barreiros, Pernambuco, sua formação acadêmica em Direito e sua vida pública como Prefeito, Deputado Federal, Deputado Estadual, Ministro da Agricultura, Vice-Presidente da República, Presidente do Senado e do Congresso Nacional e Governador do Estado de Pernambuco.

Este capítulo também adentra à repercussão das paralisações da obra e das supostas dificuldades ocorridas em relação ao projeto e à execução dos serviços pelo Departamento de Viação e Obras Públicas, podendo ser percebidas notáveis diferenças na forma como eram conduzidos os conteúdos das notícias pela imprensa local, a depender do viés seguido pelos periódicos.

De um lado, os louvores aos esforços do governo para superar as dificuldades financeiras ocorridas no trâmite de uma obra vultosa e o otimismo com que a imprensa oficial apresentava as notícias sobre o assunto e do outro as críticas contundentes realizadas pela imprensa de viés oposicionista, no que se refere à operacionalização da obra, por supostos desentendimentos entre o arquiteto Palumbo e o setor de Obras Públicas, decorrentes de supostos desacertos e falhas na execução e no projeto.

Exemplo disso é a notícia da retomada das obras da forma como foi apresentada no jornal *A Província*, de 3 de março de 1928 (Palacio da Justiça. O Reinicio das Obras. *A Província*, Recife, 3 mar de 1928) e no *Jornal Pequeno*, de 2 de abril de 1928 (O Palacio da Justiça vae ser acabado. *Jornal Pequeno*, Recife, 2 abr.1928, p.3), ambos de viés governista, este último, inclusive, exaltando o retorno da construção palaciana, com ênfase à relevância da obra, uma vez que dos três poderes, era o único sem sede própria, merecendo, assim, uma

instalação condigna e apropriada, quando comparada à forma com que o Jornal do Recife, de 28 de março de 1928, se referia à mesma notícia, sob o fundamento de que a retomada das obras teria sido uma manobra eleitoreira para agradar ao eleitorado, com as proximidades das eleições, amontoando-se, porém, sucessivos atrasos no pagamento do pessoal (As obras do Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 28 mar. 1928).

No exemplar que circulou em 10 de abril de 1928 o referido jornal noticia a dispensa de parte dos operários que trabalharam nas obras, bem como que os mesmos estariam sem receber os seus “minguados salários”. Na matéria publicada no dia 13 de julho daquele ano é noticiada a suspensão das obras de estuque e decoração do edifício (Dispesados os operarios da obra do Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 10 abr. 1928).

Nas publicações dos dias 1 e 2 de agosto daquele mesmo ano prosseguem os questionamentos por parte do Jornal do Recife acerca da paralisação do andamento das obras e da suposta exorbitância do preço cobrado pela arquiteto Palumbo para a confecção de um novo projeto (Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 1 e 2 ago.1928), sendo ainda cobrada na publicação do dia 13 de setembro a celeridade na conclusão dos trabalhos, haja vista a precariedade das instalações em que estariam funcionando o Tribunal, o Fórum e os cartórios da cidade (Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 13 set. 1928).

No dia 10 de novembro de 1928 o mesmo jornal volta a publicar mais críticas sobre as dificuldades no projeto e ao custo elevado da edificação, sobretudo da cúpula do edifício, último elemento a ser construído, assim como à centralização dos serviços na pessoa do arquiteto Giácomo Palumbo, chegando a afirmar que as obras demoradas tinham-se transformado “n“um verdadeiro ganha pão dos amigos do poder” (Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 10 nov. 1928).

Como visto, o capítulo apresenta uma série de inquietações e questionamentos por parte do Jornal do Recife acerca dos motivos que supostamente estariam a obstar o regular andamento dos trabalhos de retomada das obras, publicando notícias de cunho eminentementecrítico e inquisitivo acerca das razões que teriam motivado tantos percalços nessa empreitada. Matérias que se propagam desde o começo de 1928 e continuam a ser publicadas em todo curso anual, a exemplo das edições dos dias 11, 13 e 18 de novembro de 1928, que rechaçama afirmação do Departamento de Viação e Obras Públicas, de que nada havia de anormal na construção do edifício (Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 11, 13, 18 nov. 1928).

Nesses exemplares, são feitos questionamentos acerca do porquê de se desmanchar trabalho pronto, ter que fazer teto aparente, com madeiramento grosso, para salvar altura desmedida e desproporcional do que já fora feito ou transformar o porão do Palácio em andar térreo, sem o pé direito exigido pela lei, tudo isso a corroborar a hipótese de anormalidades e da má utilização do dinheiro público, para aplicar no que chamou, em referência ao estilo eclético utilizado no edifício, de “salada do classico com o moderno, temperada com o bom gosto italiano, que manda misturar a severidade das ordens antigas, dórica ou jônica um pouco da gaiatice do modernismo francez” (Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 13 nov. 1928).

Críticas à parte, é bem verdade que a obra do Palácio da Justiça foi reiteradamente paralisada e a cúpula foi, de fato, o último elemento estrutural a ser executado, quando a fachada do prédio já se encontrava praticamente pronta, inclusive, na fase de acabamento. A edição de 7 de setembro de 1930 do jornal A Província e de 10 de setembro de 1930 do Jornal do Commercio, referem-se à construção da cúpula como contribuição local, “obra de cimento armado de grande vulto, calculada e construída exclusivamente pelo pessoal das Obras Públicas” (O Palacio da Justiça de Pernambuco, A Provincia, Recife, 7 set. 1930, p. 3-4; Jornal do Commercio, Recife, 10 set. 1930). No mesmo capítulo é trazido um registro fotográfico que mostra a execução dos detalhes de acabamento da fachada do prédio, com o corpo central da estrutura ainda sem a cúpula e outro registro no qual se pode observar a complexa armação de sustentação da mesma.

O capítulo ainda traz a Mensagem do Governador Estácio Coimbra ao Congresso Legislativo, na abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura, publicada pela imprensa oficial em 1930, encontrada no acervo da Hemeroteca Digital, onde se extraem esclarecimentos sobre a execução da cúpula e de outros elementos construtivos, confiados à Diretoria Geral das Obras Públicas, supervisionada permanentemente por um dos seus engenheiros, quanto aos serviços confiados a fornecedores e empreiteiros, informando, também, sobre a parte de acabamento e a luxuosa decoração da Sala dos Passos Perdidos, Salão do Júri, Salão Nobre, Sala de Conferências, Superior Tribunal, escadaria e entrada do São Nobre, a cargo da Companhia Betenfeld, do Rio de Janeiro. (Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura, pelo Governador do Estado, Dr. Estacio de Albuquerque Coimbra. Imprensa Oficial, Recife, 1930).

Da referida mensagem também é colhida e a apresentada no capítulo uma série de obstáculos enfrentados desde o nascedouro da obra, como a má qualidade do solo, resultante de aterro com areia salgada e braço de rio ou mangue, ausência de vários detalhes no projeto, considerados essenciais, sendo realizadas modificações estruturais e funcionais nas distribuições dos cômodos pelos diversos pavimentos, bem como consideráveis ajustes na cúpula, na parte estrutural, funcional e estética. Por fim, apresenta o custo da edificação, estimado em 10 mil contos de reis, com necessidade de obtenção de créditos extraordinários, concluindo-se, assim, o tópico relativo a toda a problemática que envolve a construção do Palácio, detalhadamente explanada.

#### **4.8. A Fachada e os Pavimentos**

Passado o capítulo relativo à construção, adentra-se agora ao capítulo referente aos detalhes arquitetônicos e de acabamento do prédio, trazendo também ao contexto em discussão os artistas mais expressivos que participaram dos detalhes ornamentais da edificação e que tiveram proeminência pelos respectivos trabalhos, sendo mencionados em diversos conteúdos de mídias digitais ou impressas relacionadas à história do Tribunal de Justiça de Pernambuco, como o escultor pernambucano Bibiano Silva e o arquiteto, vitralista e pintor Heinrich Moser.

Este capítulo sugere ao leitor um passeio imaginário ao prédio do Palácio da Justiça, de fora para dentro e de baixo para cima, para que sejam observados os diversos detalhes que compõem o estilo eclético da composição de seus ambientes, passeio que, inclusive, é efetivamente realizado na prática, mediante o projeto Portas Abertas em visitas guiadas ao prédio, coordenadas pela Assessoria de Cerimonial do Tribunal.

Assim, o capítulo conduz a uma visita adentrando ao prédio pelos imponentes portões de ferro localizados na fachada principal, que se apoia sobre embasamento rusticado como primeiro nível, voltada para a Praça da República, composta por uma íngreme escadaria em granito natural, com dois pilastrões e quatro colunas de capiteis coríntios. Acima delas, uma placa central com a palavra “FORVM”.

Os corpos laterais são coroados por frontões e o corpo central pela cúpula, ladeada por dois grupos escultóricos, “A Justiça e a Família” e “A Justiça e o Homem”, de autoria dos escultores Bibiano Silva e Albert Freyhoffer.

No que diz respeito ao pavimento térreo, a Rez do Chão onde ficavam os cartórios, arquivos e outras dependências do Tribunal nos primeiros anos de funcionamento do prédio, o capítulo traz o conteúdo de uma crítica efetuada pelo Jornal do Recife, na edição do dia 12 de janeiro de 1930, ao se referir à precariedade dessas instalações e à hierarquização dos ambientes internos do prédio do Palácio.

De acordo com o noticiado, tais aposentos não teriam sido projetados para abrigar condignamente os serventuários da justiça, assim como o fora nos pavimentos superiores, destinados às autoridades judiciárias, chegando, inclusive, a compará-los com celas da Casa de Detenção, em razão do tamanho diminuto e da falta de iluminação e ventilação. Refere-se, ainda, o citado periódico, à omissão do Poder Público com relação à questão da insalubridade do local, que estaria na contramão da campanha higienista propagada pelo próprio governo (Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 12 jan. 1930).

Isso porque, uma das metas da gestão de Sérgio Loreto, seguindo a tônica de modernidade dos grandes centros, era a implantação de políticas públicas sanitárias, incluindo critérios a serem observados nas edificações, tendo estruturado para tanto o Departamento de Saúde e Assistência do Estado, sob a direção de Amaury de Medeiros.

#### **4.8.1. O mestre escultor Bibiano Silva**

Neste capítulo há também um box criado com a biografia do escultor pernambucano Bibiano Silva, um dos fundadores da Escola de Belas Artes de Pernambuco e seu primeiro diretor, trazendo um pouco da história do artista, sua formação artística e sua parceria com artistas, professores e intelectuais pernambucanos, como Murilo La Greca, o próprio Heinrich Moser, com quem atuou nos trabalhos artísticos do Palácio da Justiça, Mário Nunes, Mário Melo, Henrique Elliot, Emilio Franzoni e outros participantes do “Comitê Pró-Escola de Belas Artes de Pernambuco”. Traz, ainda, fotos do artista em seu atelier, pertencentes ao álbum de família e dos grupos escultóricos, obtidos por meio de pesquisa realizada no site “bibianosilva.org”, cuja coordenação geral fica a cargo da neta do artista, Anna Cecília Silva Jácome.

Neste box, também é feita uma comparação do trabalho do artista nas esculturas da fachada do prédio da Justiça Pernambucana com o trabalho de Michelangelo, por quem o artista tinha grande admiração. Frise-se, aliás, que no site de Bibiano, há comentários do artista plástico e professor do Centro de Artes Plásticas e Comunicação da Universidade

Federal de Pernambuco, Fernando Lúcio, que compara as colossais esculturas em ferro, cimento e pedra da fachada do Palácio da Justiça de Pernambuco, de olhares firmes, com a face de Davi, na escultura de Michelangelo, em Florença.

Prossegue o desenrolar do capítulo com comentários sobre os pavimentos internos da edificação, com base na mensagem do Governador Estácio Coimbra ao Congresso Legislativo Estadual alhures mencionada, que descreve com detalhes os cômodos do edifício, os acréscimos realizados no projeto original, como os vestíbulos de entrada situados na rua do Imperador e na rua João do Rego, atual Dantas Barreto, citando, ainda, os fossos dos corpos laterais formados pelos átrios e os balaústres em forma clássica, que servem de parapeito envolta dos corredores que circulam os átrios. (Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura, pelo Governador do Estado, Dr. Estacio de Albuquerque Coimbra. Imprensa Oficial, Recife, 1930).

Outrossim, tal mensagem descreve os detalhes característicos do primeiro pavimento, como os elevadores, ornados externamente com medalhões ao estilo beaux-arts, os bustos de Paula Baptista e de Gervásio Pires, de autoria de Bibiano e Freyhoffer, o piso em forma de xadrez na Sala dos Passos Perdidos, a escadaria nobre que dá acesso ao segundo pavimento, de onde se podem avistar os vitrais confeccionados pelo artista alemão Heinrich Moser, o Salão Nobre e sua arquitetura exuberante, localizado no segundo andar do prédio, enfim, todas as descrições sobre detalhes internos fartamente ilustradas, para que o leitor tenha a sensação de que está fazendo um tour imaginário.

#### **4.8.2. A arte de Henrich Moser**

O capítulo também traz um box sobre a biografia do artista alemão Heinrich Moser, obtida no website [artemoser](http://artemoser.com)<sup>8</sup>, uma iniciativa que proveio de uma parceria entre o Projeto de Preservação Cultural do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e o Instituto Federal de Pernambuco, do qual resultou um catálogo digital de artes gráficas pernambucanas de Heinrich Moser no início do século XX, com informações sobre sua formação acadêmica e sua obra, seu talento artístico, não apenas restrito à arte dos vitrais, mas também à pintura, escultura e arte sacra, sendo ainda conhecido por sua atuação como artista gráfico, com uma produção bastante significativa em imagens ilustradas para periódicos, livros, catálogos, entre

---

<sup>8</sup> Disponível em: <[www.artemoser.com/biografia-bio](http://www.artemoser.com/biografia-bio)>. Acesso em: 15 abr. 2023.

outros, a exemplo da Revista de Pernambuco, da qual era capista. No capítulo, inclusive, é apresentada uma das capas da revista alusiva ao Palácio da Justiça. Assim como Bibiano, Moser foi um dos fundadores da Escola de Belas Artes do Recife, passando, ainda, o seu conhecimento a artistas locais como Lula Cardoso Ayres, Aurora Lima e Nenah Boxwell.

No box também são tecidas informações baseadas no livro “Moser, um artista alemão no Nordeste”, de autoria de Angela Távora Weber, que descreve o trabalho realizado nos vitrais do Palácio da Justiça, como integrante da série de vitrais profanos do artista alemão (WEBER, 1987) e numa matéria publicada no Diário de Pernambuco, do dia 3 de março de 1932, intitulada “Os vitrais de Henrique Moser”, que relata a grande obstinação de Moser na arte dos vitrais, a qual, segundo o jornal, sob muitos pontos de vista, superava o que vinha do sul do país (Os vitrais de Henrique Moser. Diário de Pernambuco, Recife, 3 mar. 1932, p. 3).

Para além do box, este capítulo menciona a repercussão do trabalho de Moser nos vitrais do Palácio da Justiça nos jornais A Província de 7 de setembro de 1930 e Jornal do Commercio de 10 de setembro de 1930, trabalho artístico localizado na escadaria principal do edifício e executado no atelier do artista (O Palácio da Justiça de Pernambuco. A Província, Recife, 7 set. 1930, p. 3-4; Jornal do Commercio, Recife, 10 set. 1930). Traz, ainda, em destaque, a representação das figuras humanas, das rendas de tecido e das dobras das vestes em veludo representadas com traços precisos, matizes e sombras e a tradução das três partes do vitral escritas em latim, ampliadas para a visualização dos inúmeros detalhes em páginas próprias a cada qual.

Por derradeiro, o capítulo traz em box apartado considerações sobre a pintura a óleo sobre tela alusiva à Justiça, que retrata a condenação de um prisioneiro desnudo e atado a correntes de ferro com bola de chumbo na extremidade, posta originalmente na Sala do Júri, atual Sala do Tribunal Pleno, com comentários alusivos ao castigo e ao recurso gráfico de dramatização de dar à espada uma dimensão maior que a realidade, fazendo ainda alusão às cabeças de leão diametralmente opostas em relação à figura de Têmis, como representatividade artística trazida por Moser, alusiva à Pernambuco.

#### 4.9. A Inauguração

Este último capítulo aborda a cerimônia de inauguração do Palácio da Justiça, em 7 de setembro de 1930, incluindo tópicos sobre a inauguração do Museu do Estado e da Inspetoria de Monumentos na mesma data, localizados na cúpula da edificação.

O evento foi exaltado em diversos jornais locais, como o jornal A Província e o Diário de Pernambuco, de 7 de setembro de 1930, o Jornal Pequeno, de 8 de setembro de 1930 e o Jornal do Commercio, do dia 10 de setembro de 1930 com deferências aos discursos do Governador do Estado Estácio Coimbra, do Secretário da justiça Dr. Carneiro Leão e do Des. Belarmino César Gondim, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, bem como ressaltando a presença de Juízes, membros do Ministério Público e demais funcionários forenses, além de autoridades, representantes das diversas classes sociais e da imprensa (O Palácio da Justiça de Pernambuco. A Província, Recife, 7 set. 1930, p. 3-4; Palácio da Justiça. Diário de Pernambuco, Recife, 7 set. 1930, p. 3; 7 de Setembro. As Festas de Hontem. Os discursos do Governador do Estado e do Secretário da Justiça. Jornal Pequeno, Recife, 8 set. 1930; Inauguração do Palácio do Superior Tribunal de Justiça. Jornal do Commercio, Recife, 10 set. 1930, p. 3).

O Diário de Pernambuco que começou a circular na manhã do dia 7 de setembro de 1930 deu uma cobertura especial ao evento que, segundo o jornal, teria lugar às 15 horas e 30 minutos, de um domingo, destacando a escolha do local como um dos pontos mais centrais do Recife, na zona de maior atividade urbana, a Praça da República, onde já se encontravam o Palácio do Governo, o Tesouro do Estado e o Teatro Santa Isabel, tendo ao centro um dos mais belos parques da cidade. Traz ainda detalhes sobre a própria construção, acabamento, decoração e mobiliário, dos diversos serviços do Fórum, digno de nota pela sua severaimponência em algumas seções, como o Salão Nobre, a Sala das Sessões do Superior Tribunal, o Gabinete da Presidência e o Gabinete do Procurador Geral do Estado, projetado pelo arquiteto M. Nozières, com execução confiada às casas Leandro Martins & Cia. e Laubisch & Cia., do Rio de Janeiro.

Destaque, também, para a iluminação elétrica do edifício, a instalação nos dois pavimentos da cúpula do Museu do Estado naquela mesma data e as placas de bronze, uma no hall de entrada, à direita, para comemorar a construção do edifício ligada às administrações Sérgio Loreto e Estácio Coimbra, e uma outra a pedido do Instituto Arqueológico, aposta na

frente externa do edifício, voltada para a rua do Imperador, assinalando que no local em que se erguia o Palácio da Justiça teria existido o Forte Ernesto, construído pelos holandeses (Palacio da Justiça. Diario de Pernambuco, Recife, 7 set. 1930, p. 3).

De outra banda, também foi encontrada uma matéria sobre o Palácio da Justiça, após a sua inauguração, no Jornal do Recife do dia 18 de setembro de 1930, a qual enfatiza os defeitos construtivos e ornamentais da edificação que, segundo o periódico, seriam imperdoáveis, quando considerado o preço da obra monumental, de dez mil contos de reis, tecendo críticas relativas a supostas desproporções arquitetônicas dos ambientes e das figuras do painel da Sala do Júri e do vitral da escadaria principal (O Palácio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 18 set. 1930).

Na pesquisa também foram encontradas matérias alusivas à inauguração do Palácio em jornais e revistas nacionais, como a mensária carioca Ilustração Brasileira, da qual foram extraídas a maior parte das fontes utilizadas para compor o capítulo, numa matéria de setembro de 1930, que mostrava as realizações do Governo de Estácio Coimbra, com registros fotográficos do edifício da época da inauguração, como a fachada principal do prédio, os átrios, que eram as partes descobertas dos corpos laterais da edificação, que davam para os fossos situados no pavimento térreo, a Sala dos Passos Perdidos, a Sala dos Desembargadores, a Sala do Tribunal do Juri, grafada como “Jury” no português da época, a Sala de Audiência e Casamentos, a Sala das Sessões do Superior Tribunal de Justiça e o Salão Nobre.

A matéria publicada na Ilustração Brasileira também se refere à cúpula do Palácio da Justiça, que abrigava na época da inauguração o Museu do Estado no andar inferior e a Inspetoria de Monumentos no andar superior, que tinha sob sua guarda o museu, com fotos dos aspectos internos desses ambientes, apresentadas neste capítulo (As realizações da administração Estacio Coimbra em Pernambuco. Revista Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, set. 1930)

Não há registros sobre os cartórios onde ficavam os serventuários da justiça, arquivos e outras dependências do Tribunal, sendo apenas evidenciados neste periódico as partes mais nobres do edifício. Não se deve olvidar, nesse particular, das críticas do Jornal do Recife, ressaltada em capítulo anterior, quanto à precariedade de tais instalações situadas no pavimento térreo (Palacio da Justiça. Jornal do Recife, Recife, 12 jan. 1930).

O jornal A Província do dia 7 de setembro de 1930 também faz alusão à inauguração do Museu do Estado, após a solenidade da inauguração do Palácio da Justiça, com duas seções, uma de história e de arte antiga e outra de etnografia, tecendo diversos comentários acerca do que constava em cada uma dessas seções, cujas considerações também são apresentadas na sequência desse tópico (O Palácio da Justiça de Pernambuco. A Província, Recife, 7 set. 1930, p. 3-4).

O capítulo também faz pontuações acerca do tombamento do edifício pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, sendo considerado como a última obra pública no Estado de Pernambuco de estilo eclético, ainda finalizada na República Velha, que nos anos trinta chegava ao seu término, com o começo da era Vargas.

E finaliza com considerações acerca da paulatina transformação dos conceitos civilizatórios ao modo europeu a partir do marco expressivo da Semana de Arte Moderna em São Paulo, ocorrida em 1922, com a adoção de uma nova concepção de modernidade, contrária ao conservadorismo regional do século anterior, mas também ao processo de europeização que o sucedeu, surgindo no âmbito da arquitetura o movimento neocolonial como uma reação que se contrapõe ao ecletismo arquitetônico. Sob a proposta de novas composições de cunho nacional, estabelece um diálogo entre o tradicional e o moderno, rumando-se ao fim do capítulo eclético da arquitetura brasileira, corroborado pela novageração de arquitetos modernistas que se sucedem.

## **5. APLICAÇÃO DO PRODUTO**

A aplicação do produto é destinada ao público em geral, que tenha interesse em conhecer o patrimônio cultural material da cidade do Recife, através de seus monumentos, em especial, a História do Palácio da Justiça de Pernambuco, até então disponibilizada em publicações esparsas, no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, do Memorial de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, dentre outros, porém, não de forma sistemática como produzida neste trabalho, em comunhão com o próprio contexto histórico da cidade do Recife da época dos anos 20 até os anos 30 do século XX e fartamente ilustrada, de forma a auxiliara compreensão dos aspectos peculiares sobre o tema, configurando a inovação, por reunir em um só lugar diversas informações pertinentes ao assunto estudado, com elementos textuais e iconográficos reproduzidos no curso de toda a produção acadêmica.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O resgate cronológico da construção do prédio do judiciário estadual nos remete a registros históricos importantes, que nos levam a refletir sobre aspectos sociais e arquitetônicos presentes à época de sua concepção, em que as novidades trazidas com o processo de modernização deu azo a mudanças significativas no cotidiano da cidade. Uma obra pública de tamanha importância e magnitude esteve vinculada a uma série de fatores, sopesados a partir da ideia inicial do governo estadual de dar ao judiciário instalações dignas ao seu mister, superando a precariedade daquelas até então experimentadas, ao se alojar em prédios outrora destinados a outras instituições. Tratou-se de um projeto arrojado e de custo elevado, o que, obviamente, refletiu-se na questão orçamentária, sendo, portanto, uma obra notoriamente impactante, diante de suas próprias peculiaridades, situada num marco histórico da capital pernambucana, completando, com seu ar monumental, o quadrilátero das edificações do entorno da Praça da República. Um exemplar de singular beleza no coração da cidade do Recife.

## **7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES**

### **Jornais, Revistas e Periódicos:**

A Cruz : Órgão da Paróquia de S. João Baptista (RJ) - Ano 1932\Edição 00011 – 13 de março de 1932

A Província (1920-1933) – Ano 1928\Edição 00053 - 3 de março de 1928; Ano 1930\Edição 00200 - 30 de agosto de 1930; Ano 1930\Edição 00207 - 7 de setembro de 1930

Diário de Pernambuco (1920-1929) – Ano 1924\Edição 00151 - 3 de julho de 1924; Ano 1930\Edição 00207 – 7 de setembro de 1930; Ano 1932\Edição 00048 - 3 de março de 1932

Jornal do Brasil - Ano 1922\Edição 00193 - 13 de agosto de 1922; Ano 1922\Edição 00250 - 19 de outubro de 1922

Jornal do Commercio – Ano 1930\Edição 00216 - 10 de setembro de 1930

Jornal Pequeno (1898-1955) – Ano 1923\Edição 00160 - 14 de julho de 1923; Ano 1924\Edição 00149 - 3 de julho de 1924; Ano 1928\Edição 00077 – 2 de abril de 1928; Ano 1928\Edição 00107 - 10 de maio de 1928; Ano 1930\Edição 00203 - 8 de setembro de 1930 (discursos); Ano 1930\Edição 00205 - 10 de setembro de 1930; Ano 1931\Edição 00176 - 6 de agosto de 1931.

Jornal do Recife (1858-1938) - Ano 1927\Edição 00090 – 20 de abril de 1927; Ano 1928\Edição 00006 - 7 de janeiro de 1928; Ano 1928\Edição 00070 - 23 de março de 1928; Ano 1928\Edição 00074 – 28 de março de 1928; Ano 1928\Edição 00079 - 3 de abril de 1928; Ano 1928\Edição 00083-10 de abril de 1928; Ano 1928\Edição 00163-13 de julho de 1928; Ano 1928\Edição 00165-15 de julho de 1928; Ano 1928\Edição 00166 – 18 de julho de

1928; Ano 1928\Edição 00178 – 1 de agosto de 1928; Ano 1928\Edição 00179-2 de agosto de 1928; Ano 1928\Edição 00214 – 13 de setembro de 1928; Ano 1928\Edição 00264 – 10 de novembro de 1928; Ano 1928\Edição 00265 -11 de novembro de 1928; Ano 1928\Edição 00266-13 de novembro de 1928; Ano 1928\Edição 00270 - 18 de novembro de 1928; Ano 1929\Edição 00134 - 12 de junho de 1929; Ano 1929\Edição 00163 - 19 de julho de 1929; Ano 1929\Edição 00292 - 10 de dezembro de 1929; Ano 1930\Edição 00010 – 12 de janeiro de 1930; Ano 1930\Edição 00081 – 6 de abril de 1930, Ano 1930\Edição 00216 – 18 de setembro de 1930

*Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado ao Congresso Legislativo de Pernambuco em 6 de março de 1925. 1ª sessão da 12ª legislatura. Sec. Tech. De Rep. De Publicações Officiaes, Recife, 1925* Revista Algomais, julho/2019

*Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura, pelo Governador do Estado, Dr. Estacio de Albuquerque Coimbra. Imprensa Official, Recife, 1930*

Revista Conselho dos Tribunais. Edição 5/Ano I, março/2015

Revista de Pernambuco – Ano 1924\Edição 00002– agosto de 1924; Ano 1924\Edição 00006 – dezembro de 1924; Ano 1925\Edição 00008 – fevereiro de 1925; Ano 1925\Edição 00009 – março de 1925; Ano 1925\Edição 00010 – abril de 1925; Ano 1925\Edição 00013 – julho de 1925; Ano 1925\Edição 00014 – agosto de 1925; Ano 1925\Edição 00015 – setembro de 1925; Ano 1926\Edição 00028 – outubro de 1926

Revista do Tribunal de Justiça de Pernambuco – Ano III – nº 4 – agosto/2012 (Edição Comemorativa dos 190 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco) e nº 5 – dez/2012

Revista Ilustração Brasileira (FRA) (1901 a 1958) - Ano 1930\Edição 00121 (Anno XI), setembro/1930

### **Endereços Eletrônicos:**

[https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem05pdf/sm05ss16\\_05.pdf](https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem05pdf/sm05ss16_05.pdf)

<https://archive.org/details/VenezaAmericanaUgoFalangola1925>

<https://arteartistas.com.br/o-tondo-doni-michelangelo-buonarroti/>

<http://basilio.fundaj.gov.br/>

[http://bibianosilva.org/bibiano\\_pt/palacio-da-justica](http://bibianosilva.org/bibiano_pt/palacio-da-justica)

[http://bibianosilva.org/bibiano\\_pt/perfil](http://bibianosilva.org/bibiano_pt/perfil)

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<http://ccmj.tjrj.jus.br/apj-rj> (apêndice)

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BORBA,%20Manuel.pdf>

<https://cultura.am.gov.br/portal/centro-cultural-palacio-da-justica/> (apêndice)

<https://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-recebeu-primeiro-horto-zoobotanico-do-brasil/>

[https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook1/TRABALHO\\_EV140\\_MD7\\_SA100\\_ID1097\\_10092020205227.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook1/TRABALHO_EV140_MD7_SA100_ID1097_10092020205227.pdf)

<http://jorgepassos.com.br/tjpe.php> (Jorge Passos/Arquitetura e Restauro)

<https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/decreto/2016/2953/29537/decreto-n-29537-2016-dispoe-sobre-a-classificacao-como-jardins-historicos-de-burle-marx-dos-espacos-publicos-vegetados-do-recife-que-especifica-integrando-os-ao-sistema-municipal-de-unidades-protegidas-do-recife-smup-recife-instituido-pela-lei-municipal-n-18014-de-09-de-maio-de-2014>

[http://mast.br/pt-br/exposicoes\\_hotsites/exposicao\\_observacoes\\_do\\_recife\\_holandes/palaciohtml](http://mast.br/pt-br/exposicoes_hotsites/exposicao_observacoes_do_recife_holandes/palaciohtml)

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> (Hemeroteca Digital Brasileira)

<https://migalhas.uol.com.br/quentes/89941/serie-mapa-dos-tribunais-apresenta-o-tj-pe-3>

<http://np-estatico.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/centrocultural/o-palacio> (apêndice)

<https://observatoriodaimpressalocal.wordpress.com/tag/jornal-a-provincia/>

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revisapedagogica//article/view/236760/29267>

<https://pt-br.facebook.com/recantigo/photos/quartel-do-derby1928>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Albert\\_Freyhoffer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Albert_Freyhoffer)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Elisha\\_Otis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elisha_Otis)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Forte\\_Ernesto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_Ernesto)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Otis\\_Elevator\\_Company](https://pt.wikipedia.org/wiki/Otis_Elevator_Company);

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Tribunal\\_de\\_Justi%C3%A7a\\_de\\_Pernambuco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tribunal_de_Justi%C3%A7a_de_Pernambuco)

<http://revista.algomas.com/colunistas/praca-da-republica-o-campo-dos-martires-de-1817>

<https://revista.algomas.com/5-ruas-que-sumiram-do-centro-do-recife/>

<https://revistacontinente.com.br/edicoes/132/vitral--uma-tela-de-vidro-atravesada-de-luz>

<https://tj-pe.jusbrasil.com.br/noticias/2828815/palacio-da-justica-de-pernambuco-um-tesouro-arquitetonico>

<https://visitarecife.com.br/historia-do-recife/>

<https://visit.recife.br/es/o-que-fazer/atracoes/monumentos-historicos/palacio-da-justica>

<https://www.artemoser.com/biografia-bio>

<http://www.colegiodepresidentes.jus.br/doc/Revista-Conselho-do-Tribunais-05.pdf>

[https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/turismo/2016/10/01/interna\\_turismo,550888/palacio-do-campo-das-princesas-proporciona-uma-aula-de-historia-brasil.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/turismo/2016/10/01/interna_turismo,550888/palacio-do-campo-das-princesas-proporciona-uma-aula-de-historia-brasil.shtml)

<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/pesquisa-ceci/estudos/oficios-tradicionais/estruque.html>

[https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO\\_Mar2021.pdf](https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO_Mar2021.pdf)

[http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/rbm\\_jardimpe.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/rbm_jardimpe.htm)

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/avenida-boa-viagem-uma-via-que-mudou-o-recife.html>

<https://www.facebook.com/recantigo>

<https://www.ifpe.edu.br/campus/olinda/noticias/arte-grafica-de-heinrich-moser>

<http://www.otis.com/site/pt/Pages/HistoriaOtis.aspx?menuID=6>

<http://www.otis.com/site/pt/Pages/SobreAOtis.aspx?menuId=6>

<http://www.robsonsampaio.com.br/portas-abertas-conheca-a-historia-da-sede-do-tjpe/>

<http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2019/11/cartilha-Conhecendo-o-Judiciario-2019.pdf> (apêndice)

<https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/galeria-dos-presidentes>

<http://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica> (link externo) [memojust@tjpe.jus.br](mailto:memojust@tjpe.jus.br)

<https://www.tjpe.jus.br/web/tribunal-de-justica/historia>

<https://www.tjsp.jus.br/Memoria/PalacioJustica/PalacioJustica> (apêndice)

<https://www.todamateria.com.br/david-de-michelangelo/>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2018/01/29/tribunal-de-justica-lanca-o-memorial-digital-tjpe>

[https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g304560-d3283308-Reviews-Palacio\\_da\\_Justica-Recife\\_State\\_of\\_Pernambuco.html](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g304560-d3283308-Reviews-Palacio_da_Justica-Recife_State_of_Pernambuco.html)

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2018/01/29/tribunal-de-justica-lanca-o-memorial-digital-tjpe>

<https://www.ufpe.br/memoriafdr>

<https://www.youtube.com/watch?v=lx8vH0-OJM>

### **Órgãos Públicos:**

Arquivo Público de Pernambuco (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano)

Fundaj-Cehibra

Memorial de Justiça de Pernambuco

Museu do Estado de Pernambuco – MEPE (Acervo Iconográfico)

Museu da Cidade do Recife

### Artigos, Monografias, Dissertações e Teses:

----- Acervo Manoel Borba, CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Apipucos; Série Documentos Pessoais (Completa); Série Produção Intelectual (Pasta 1 a 4 – docs. 1 a 24 g 4)

BARBOSA, Virgínia. *Palace Of Justice* [Recife, Pe]. Pesquisa Escolar Online, Joaquim Nabuco Foundation, Recife. Available at: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>

CORTEZ, Karine Maria Gonçalves. *Giácomo Palumbo: trajetória e obra na cidade do Recife de 1919 – 1939* / Karine Maria Gonçalves Cortez. – Recife, 2021. 199f.

COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de Viver a Cidade. Conflitos e Convivências nos Espaços de Diversão e Prazer do Recife nos anos 20*. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003

DONATO, Maria das Graças Andrada. *Recife, cidade maurícia*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Educação. Comissão de Moral e Civismo, 1986. p. 61-66.

GARRIDO, Carlos Miguez. *Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GASPAR, Lúcia. *Palácio do Governo de Pernambuco*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. <http://basilio.fundaj.gov.br>

GASPAR, Lúcia. *Sérgio Loreto*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. (Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/>).

GUERRA, Flávio. *De Friburgo ao Campo das Princesas: nota histórica dos palácios de governo em Pernambuco*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, [Casa Civil], 1966. 54p.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador*\*Isabel Cristina Martins Guillen\*\*•Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014. DOI 10.4025/dialogos.v18i2.875

LEÃO, Joaquim de Souza. *A "Mauritshuis" ao tempo de Nassau*. Recife, Instituto de Ciência do Homem, Imprensa Universitária, 1966. 24 p. ilust. 21 cm (Monografias do Instituto de Ciência do Homem. Divisão de História, 2

LUZ, John Kennedy Ferreira da, *A Face Popular da Arquitetura Historicista – O Eclétismo vernáculo no centro do Cabo de Santo Agostinho (1890-1940)*, 2018, 197 p.

MORAIS, José Soares de. *A performance da toga: um olhar antropológico sobre o ritual das sessões da corte especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco* / José Soares de Moraes. – 2015. 147 f. : il. ; 30 cm.

MOURA, Carlos André Silva de. – RESGATE – vol. XX, Nº 23 – jan./jun. 2012 – p. 97-107.

NASCIMENTO, Bruno Nery do. *Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”. reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 – 1926)*. 2016. 152 f.

PARAHYM, Orlando. *Visão de um Recife que o tempo levou*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Educação. Comissão de Moral e Civismo, [198-?].p.9-11.

ROCHA, Tadeu. *Roteiros do Recife: Olinda e Guararapes*. 3. ed. Recife: [s.n.], 1967. 1o. Prêmio "Cidade do Recife" no triênio 1956-1959.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura Eclética em Pernambuco*, Rio de Janeiro, 1940, in *Ecletismo na Arquitetura Brasileira/organização Anna Teresa Fabris*.- São Paulo:Nobel:Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

SILVA, Joelmir Marques da. *Jardins de Roberto Burle Marx em um sítio histórico: uma perfeita integração do antigo com o moderno*. 19&20, Rio de Janeiro, v. XI, n. 1, jan./jun. 2016.

SILVA. Leonardo Dantas. *Arruando pelo Recife*. Revista Algomais, Recife, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://revista.algomais.com/as-falsas-verdades-do-brasil-holandes/>. Acesso em: 8 nov.2022.

SOUSA, Augusto Fausto de. *Fortificações no Brazil. RIHGB*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

SOUZA, Elicia Barros Guerra et al. *Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco: Como um imperador, representantes da elite comerciante e um grupo de trabalhadores fundaram uma das mais importantes instituições de ensino de Recife*. Elicia Barros Guerra Souza; Roseane Silva de Souza; Orientador: José Luís Simões. Revista Semana Pedagógica, v.1, n.1 | 2018

SOUZA, Elicia Barros Guerra et al. *A participação do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco na Modernização da Cidade do Recife no SéculoXX* - Elicia Barros Guerra Souza; Izabel Adriana Gomes de Sena Simões; Charles Gomes Martins; Natália Gabriela da Silva E-book VII CONEDU (Conedu em Casa) - Vol 01.

VAINSENER, Semira Adler. *Estácio Coimbra*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>

VAINSENER, Semira Adler. *Santo Antônio (bairro, Recife)*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>; *Praça da República (Recife)*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>

## 8. BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Carlos Alberto Vilarinho. *Transcrição Paleográfica: Alvará de criação do Tribunal da Relação de Pernambuco*; WEHLINNG, Arno. *A Justiça Colonial emPernambuco: traços estruturais e dinâmica joanina* In: CUNHA, Mônica Maria de Pádua Souto da; AMARAL, Carlos Alberto Vilarinho (Orgs.). *Tribunal de Justiça de Pernambuco: 200 anos de história*. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2021. 399p. : il., p. 11-17 e cap. 1, p. 25-51.

ANDRADE, Manuel Correia de, 1922 - *Secretaria da Fazenda: Um século de história / Manuel Correia de Andrade* - Recife : Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, 1991.XII - 192 p. , p. 115.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: USP, 2004.

BARROS, Manoel de Souza, *A década de 20 em Pernambuco : (uma interpretação)*/Souza Barros; prefácio primeira parte Barbosa Lima Sobrinho; prefácio segunda parte Joaquim Cardozo, prefácio Sylvia Couceiro. – 3 ed. – Recife: Cepe, 2015. 381p. – (Terra Pernambucana)

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 418 p. il.

BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368 p.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, 155 p.

CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro; Livraria – Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954, 168 p.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes ; \*revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 8

FRANCA, Rubem. *Monumentos do Recife: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

HOPKINS, Owen. *Arquitetura guia visual de estilos arquitetônicos ocidentais do período clássico até o século XXI*/Owen Hopkins; [tradução Gil Heyes] - São Paulo: Publifolha, 2017, 240 p.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE/FCCR, 1991. p. 102. “A concepção da Reforma Urbana para o Bairro do Recife „evoluiu“ da simples convivência em se abrir a Avenida do Cais para uma „justificada“ necessidade de se reconstruir uma parcela da cidade”.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (ed.). *Fontes para a História do Brasil Holandês (Vol. 1 - A Economia Açucareira)*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981. 264p. tabelas.

MENEZES, José Luiz Mota. *O Palácio da Justiça*/José Luiz Mota Menezes, Marcílio Lins Reinaux – Recife Gráfica e Editora Linceu, 2002, 170 p.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 132 p.

----- Pernambuco. Tribunal de Justiça. *A administração judiciária em Pernambuco:1890-1947: cargos de órgãos da administração da justiça: criação, extinção e funções/coordenação geral* Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha: coordenação da pesquisa Luiz Eurico de Melo Neto. – Recife: O Tribunal, 2003. 172p. – (Coleção Memorial da Justiça; v. 2).

----- Pernambuco. Tribunal de Justiça. Centro de Estudos Judiciários. *Dois séculos servindo à ordem e à liberdade: perfil histórico do Tribunal de Justiça de Pernambuco / Tribunal de Justiça de Pernambuco; Centro de Estudos Judiciários. - 2 ed. atual. e rev. do livro 150 anos servindo à ordem e à liberdade. – Recife : Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2021, 112 p. : il.;*

----- Pernambuco. Tribunal de Justiça. Memorial da Justiça. *Livro de Compromisso e Posse do Tribunal da Relação de Pernambuco (1822-1882)/Tribunal de Justiça de Pernambuco – Ed. fac-sim.- Recife: O Tribunal, 2005. 160p.:il. – (Transcrevendo a história; v. 1)*

----- Pernambuco. Tribunal de Justiça. Centro de Estudos Judiciários. *Memória Judiciária de Pernambuco – edição especial: O discurso da toga.* Tribunal de Justiça de Pernambuco. Composição 2011–Recife.O Tribunal,2011.598p.:il.–Série:Memória Judiciária de Pernambuco, ano II, n.7).

----- Pernambuco. Tribunal de Justiça. *O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco/Tribunal de Justiça; textos Nara Lúcia Santana e Fernando Menezes; Fotografias Assis Lima ...[et. Al.].-Recife: O Tribunal, 2007. 131p.:il.*

REZENDE, Antônio Paulo, *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte / Antônio Paulo Rezende. – 2 ed. – Recife: Ed. UFPE, 2016. 277 p: il.*

REZENDE, Antônio Paulo, 1952- *O Recife: histórias de uma cidade / Antônio Paulo Rezende; organização Magdalena Almeida. 2 ed. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005. 207p. : In – (Coleção Malungo; v.6)*

----- Tribunal de Justiça de Pernambuco. *A Justiça de Pernambuco e seu palácio: inventário do acervo museológico dos bens móveis/Tribunal de Justiça de Pernambuco. Memorial da Justiça – 1. ed. Ver. E atual. – Recife: TJPE, Gabinete da Presidência, 2017, 324p; il.*

VALLE, José Ferraz Ribeiro do, 1916 – *Uma corte de justiça do Império: o Tribunal da Relação de Pernambuco/José Ferraz Ribeiro do Valle. – 2. ed.-Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2005. 576p.*

VARGAS, Milton. “Engenharia civil na República Velha” in: *História da técnica e da tecnologia no Brasil.* São Paulo: UNESP, 1994, 412 p.

VARGAS, Milton. “A República Velha e o Início da Pesquisa Científica e Tecnológica” in: *História da ciência e da tecnologia no Brasil: uma súmula / Milton Vargas. – São Paulo : Humanitas / FFLCH / USP : Centro Interunidade de História da Ciência, 2001, 146 p.*

## **9. APÊNDICE**

### **9.1. As Sedes Palacianas Estaduais Construídas no Século XX**

O propósito deste apêndice é apresentar o resultado de uma pesquisa quantitativa e qualitativa acerca das sedes das Justiças Estaduais construídas no século XX, encontrando-se nesse campo de observação vários fatores identitários, dos quais se transcrevem os ocorridos em maior quantidade.

De se ressaltar, primeiramente, que nove sedes judiciais estaduais foram construídas em forma palaciana no século XX - Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Maranhão, Bahia, Paraíba e Acre – seis delas tendo passado por diversos lugares até a construção de uma sede própria (PE, SP, RJ, MG, BA, PB). Todos os prédios ficam no centro das capitais dos Estados.

Quanto aos detalhes ornamentais das fachadas, uma Corte de Justiça apresenta temas romanos em alto-relevo com guerreiros, sacerdotes, quadrigas e criaturas aladas (MG), uma não tem ornamentos (BA) e sete fazem alusão à Justiça na fachada – quatro delas com Têmis em escultura (PE, SP, RJ, AM), uma com Têmis em alto-relevo (MA), uma com balança, espada e Tábuas da Lei em baixo-relevo (PB) e outra com apenas a balança e a espada em baixo-relevo (AC). Quanto ao estilo arquitetônico, cinco são neoclássicos (MA, BA, PB, AC, AM) e quatro ecléticos (PE, SP, RJ, MG).

Assim como o Palácio da Justiça Pernambucano, erguido no lugar de um batalhão da polícia militar, o Palácio da Justiça de São Paulo também foi construído no local que abrigava o antigo quartel da cavalaria, tendo ocupado, da mesma forma que aquele, diversos imóveis antes de se instalar definitivamente na atual sede. A pedra fundamental foi solenemente lançada no dia 24 de agosto de 1920, sendo concluído e inaugurado em 2 de janeiro de 1933.

O edifício foi projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo em estilo eclético, alternando elementos do neoclássico e do barroco, tendo acabamentos luxuosos e bem ornamentados, com esculturas alegóricas à Justiça na fachada. Encontra-se localizado no centro antigo de São Paulo, tornando-se exemplar arquitetônico de imponência sóbria, a refletir a afeição brasileira aos ideais de padrão europeu, especificamente inspirado nos Palácios da Justiça de Bruxelas e de Roma.

Destaca-se em sua construção a utilização de estruturas metálicas e de materiais nobres como mármore, bronze, alabastro, granito vermelho originário de Itu e madeira de lei nacional, empregados com o objetivo de conferir magnitude ao Palácio<sup>9</sup>, que ostenta quatro grandes salões principais: Salão dos Passos Perdidos, Salão do Júri, Salão Nobre e Sala dos Retratos.

Da mesma maneira que o tribunal pernambucano, as obras do Palácio da Justiça de São Paulo sofreram alguns percalços de cunho político, com a Revolta Paulista de 1924, e administrativo, com o falecimento do arquiteto Ramos de Azevedo, obrigando o Tribunal a negociar um novo contrato com sucessores de seu escritório.

Como no Palácio da Justiça de Pernambuco, o saguão central do Palácio Paulistano é conhecido como Salão dos Passos Perdidos, e é por onde os visitantes podem ter acesso às demais dependências do edifício. Conta, ainda, com um espaço interno ornado por vitrais, pinturas e pisos de mármore e granito. Na parte posterior do Salão dos Passos Perdidos está o Salão do Júri. No quinto pavimento, está localizado o grandioso Salão Nobre, destinado a sessões de julgamento do Órgão Especial, assim como a Sala dos Retratos, de todos os ex-Presidentes do Tribunal de Justiça, atualmente destinada a sessões ordinárias das câmaras e reuniões administrativas da Presidência.

O Palácio da Justiça do Rio de Janeiro, concebido pelos arquitetos Fernando Nereu de Sampaio e Gabriel Fernandes e construído no lapso de quatro anos<sup>10</sup>, foi inaugurado no então Distrito Federal, em 6 de novembro de 1926, com a finalidade de abrigar a chamada Corte de Apelação, encontrando-se incrustado no contexto urbano da Praça XV, na Rua Dom Manuel, 29, Centro, Rio de Janeiro/ RJ, destacando-se por sua imponente arquitetura de estilo eclético<sup>11</sup>.

A fachada retangular e simétrica tem a suntuosidade dos prédios públicos europeus e ostenta em suas linhas arquitetônicas a exuberância do estilo eclético classicizante, com tendências ao neorenascentismo italiano, do final do século XIX. Da mesma forma que os palácios anteriores, ostenta alegorias escultóricas da Justiça na fachada principal, um Salão

---

<sup>9</sup> <https://www.tjsp.jus.br/Memoria/PalacioJustica/PalacioJustica>

<sup>10</sup> <http://ccmj.tjrj.jus.br/apj-tj>

<sup>11</sup> <http://np-estatico.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/centrocultural/o-palacio>

dos Passos Perdidos, como antessala do Tribunal do Júri. Como os anteriores, funcionou em locais diversos - antiga residência do Conde da Barca, na Rua do Passeio e num casarão na Rua Luís de Camões.

Em Minas Gerais encontra-se outro exemplar palaciano da justiça estadual. À vista dos casos anteriormente mencionados, a sede da Justiça Mineira também funcionou em lugares diversos, até a construção da sede própria. O prédio foi projetado pelo arquiteto italiano Raphael Rebecchi e inaugurado em 12 de janeiro de 1912, após quase dois anos de construção, no Centro de Belo Horizonte/MG, próximo a outros edifícios históricos. Com decoração suntuosa, ostenta no alto da fachada principal e da lateral direita, frisos em alto-relevo, representando alegorias à Justiça Romana, obra do escultor suíço-italiano João Morandi. Na entrada principal, um frontão clássico, entre quatro colunas gregas, com seus capiteis artísticos.

O Palácio da Justiça do Amazonas, tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas, está situado no Centro de Manaus/AM, atrás do famoso Teatro Amazonas. A obra iniciada em 1894 foi inaugurada em 1900, levando, assim como no caso de Pernambuco, seis anos de construção, e também mais de uma gestão governamental, neste caso, três. É um dos principais exemplares da arquitetura clássica do período áureo da economia da borracha e suas linhas estruturais seguem o estilo renascentista. Da fachada projetada pelo arquiteto francês Charles Pyrouton se destacam a escultura Têmis, que personifica a justiça na cultura greco-romana, portões de ferro fundido de Glasgow, na Escócia, e escadarias em pedra de Liós, de Lisboa<sup>12</sup>.

No Estado do Maranhão, o Palácio Clóvis Beviláqua,<sup>13</sup> sede da Justiça Estadual, fica localizado na Avenida e Praça Pedro II, no Centro Histórico de São Luís, onde também se encontram o Palácio dos Leões, que sedia o Poder Executivo Estadual e o Palácio La Ravardière, sede da Prefeitura. De fachada neoclássica, com detalhe de Têmis na fachada, foi inaugurado em 1948, compondo o conjunto arquitetônico tombado pelo Patrimônio Federal. Destaque para o Salão Nobre, a Galeria de Presidentes e Antigo Plenário do Tribunal de Justiça.

---

<sup>12</sup> <https://cultura.am.gov.br/portal/centro-cultural-palacio-da-justica/>

<sup>13</sup> Em homenagem ao jurista, legislador e filósofo cearense, autor do primeiro anteprojeto do Código Civil.

O Poder Judiciário do Estado da Bahia, o mais antigo das Américas, também permaneceu, a exemplo de outras aqui citadas, funcionando em sedes provisórias por quase oito décadas, até a inauguração da própria sede, na Ladeira Fonte das Pedras, no bairro de Nazaré, Salvador/BA. Projetado pelo arquiteto Diógenes Rebouças, em estilo neoclássico tardio, foi inaugurado em 5 de novembro de 1949, durante as comemorações de centenário do Jurista baiano Ruy Barbosa<sup>14</sup>, onde está instalado o Memorial Ruy Barbosa, que guarda o acervo referente à história do Judiciário baiano.

Como a sede do judiciário pernambucano e de outros Estados, o judiciário da Paraíba<sup>15</sup> igualmente funcionou em prédios diversos, até a construção de sua sede própria, em estilo neoclássico, localizada na antiga Praça Comendador Felizardo, atualmente Praça João Pessoa, entre 1917 e 1919, no Centro Histórico de João Pessoa. Nele se encontram o Museu e Cripta de Epitácio Pessoa, onde repousam os restos mortais do ex-presidente e de sua esposa. O prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), em agosto de 1980.

Por fim, o Palácio de Justiça da Corte Acreana, com fachada principal em estilo neoclássico, inaugurado no dia 30 de abril de 1957, quando o Acre ainda era Território, sob administração do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, então Capital Federal, foi instalado solenemente no dia 15 de junho de 1963, um ano após a entrada em vigor da Lei nº 4.070, que criou o Estado do Acre. Em 2002 foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre (Decreto Governamental nº 6.289, 10/10/2002).

---

<sup>14</sup> <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2019/11/cartilha-Conhecendo-o-Judiciario-2019.pdf>

<sup>15</sup> «Catálogo - Palácio da Justiça - João Pessoa». *Biblioteca do IBGE* (Encontrado em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Palácio da Justiça : João Pessoa, PB)